

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

PRESIDENTE - DEPUTADO GILNEY VIANA

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Hoje, 05 de março de 2002, no Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, em nome desta augusta Assembléia Legislativa, declaro aberta a Audiência Pública requerida pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, tendo como presidente o Deputado Gilney Viana, com o objetivo de discutir a questão indígena, tema central da Campanha da Fraternidade no ano de 2002, convocada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Convido, para compor a Mesa, a Exm^a Sr^a Deputada Serys Shlessarenko; Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo Metropolitano de Cuiabá; Sr. Pepeu Garcia, Coordenador Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade; Lúcio Flores, Coordenador do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico - GTME; o Sr. Talkane Estevão Carlos, presidente da Federação Indígena de Mato Grosso; o Sr. Mário Bordignon, do Patronato Santo Antônio.

Registro a presença de outros convidados, desejando que se sintam todos como participantes da Mesa - por razões geográficas, é impossível conter a todos: Sr. Teobaldo Witter, Secretário do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade e Pastor da Igreja de Confissão Luterana do Brasil; Professora Maria Shirlei, representando o Sr. Secretário Municipal de Educação, Carlos Alberto Maldonado, de Cuiabá; Sr. Sérgio Dalmasso, do Grupo OLTRE Contra a Globalização da Itália; Sr^a Elen Prates, Secretária do Centro de Direitos Humanos Dom Bosco Burnier, de Várzea Grande; Professora Lu, Coordenadora da Temática Indígena da Secretaria Municipal de Educação; Sr. André Alves, do Instituto Centro de Vida; Sr^a Edna Franco, Secretária do Conselho Indigenista Missionário - CIME; Padre Flávio, presidente do Centro de Direitos Humanos João Bosco Burnier, de Várzea Grande; Sr. Pedro Lopes, Diretor do Instituto Brasileiro de Inovação Pró-Sociedade Saudável - IBISS; Sr. José Eduardo Costa, funcionário da FUNAI, que pode partilhar conosco dessa reflexão; Sr. Odair José, representante do DCE da UFMT; Sr^a Maristela Mendes Pedroso, da equipe de Educação Escolar Indígena e da SEDUC; Sr^a Sueli Tomazzi, da equipe de Educação Indígena da SEDUC.

Eu já observei que algumas pessoas aqui presentes não foram ainda nominadas, mas eu me penitenciarei no decorrer da Audiência Pública.

Dito isso, eu gostaria de declarar que ao convocar esta Audiência Pública tínhamos e temos como objetivo fazer uma reflexão sobre o tema, a proposta da Campanha da Fraternidade 2002, que é a solidariedade aos povos indígenas - eu acho muito místico aquele dizer: rumo a uma terra sem males.

Nós temos uma Comissão de Direitos Humanos e Cidadania na Assembléia Legislativa, e estamos trazendo essa temática, essa reflexão aqui para o Poder Legislativo, para nós apreendermos e, juntos, quem sabe, talvez até a partir desta audiência, nos formatarmos algumas iniciativas da própria Assembléia Legislativa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Como determina o Regimento Interno, nós ouviremos os convidados, que falarão sobre o assunto; em seguida os Srs. Deputados e a Sr^a Deputada presente: em seguida abriremos a palavra aos presentes.

Nestes termos, seguindo nosso cerimonial, nós daremos a palavra, com a licença do Sr. Arcebispo Diocesano de Cuiabá, ao Coordenador Diocesano Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade, Sr. Pepeu Garcia.

O SR. PEPEU GARCIA - Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shlessarenko, Dom Bonifácio Piccinini, em nome de quem eu cumprimento todos os membros desta Mesa, minhas senhoras, meus senhores, eu gostaria inicialmente, ao utilizar a palavra, não apenas em nome da Arquidiocese de Cuiabá - Dom Bonifácio também expressará a mensagem arquidiocesana, o sentimento a respeito desta campanha -, mas também em nome da regional da CNBB, cuja equipe nós auxiliamos no trabalho da Campanha da Fraternidade.

Rapidamente, quero falar sobre o motivo maior da Campanha da Fraternidade. A Campanha da Fraternidade é um evento que está completando quase quarenta anos de atividade no Brasil. A primeira campanha em nível nacional, experiência nossa, foi em 64 - tivemos, até então, duas campanhas regionais, apenas no Rio Grande do Norte -, quando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB abraçou a causa, aproveitando aquele momento rico de evangelização para compartilhar uma temática com a sociedade brasileira.

Num primeiro momento, vivendo a realidade interna da Igreja, que passava, como passa constantemente - e passa nos dias de hoje -, o advento da riqueza do Concílio Vaticano II. Na seqüência, a campanha viveu, primeiro, uma fase interna da Igreja, depois a fase de renovação do cristão, e depois trouxe a temática para a situação existencial do povo brasileiro. Foi fundamental que isso acontecesse, porque aí, Deputado Gilney Viana, nós tivemos a oportunidade de discutir em 1986 a temática da terra, depois a questão do pão, da fome, do processo de exclusão na sociedade brasileira e, mais recentemente, a questão dos encarcerados. No ano passado foi a questão das drogas, como ela afeta a população.

Relembro um pouquinho essa temática das Campanhas da Fraternidade que aconteceram de 1964 até aqui para dizer, como Dom Bonifácio sempre faz questão de frisar, que a Campanha da Fraternidade tem um objetivo primeiro, que é gerar fraternidade. Ela não veio para intrigas, ela não veio apenas para discussões infrutíferas, mas, sim, na busca do objetivo maior de gerar fraternidade.

A temática dos povos indígenas está na fila há alguns anos, com várias entidades pedindo, assim como o próprio tema da campanha do ano que vem, que está na fila há alguns anos, sendo pedido que ele seja o tema da Campanha da Fraternidade.

Provavelmente, no cotidiano, no dia-a-dia das pessoas, pode não afetar diretamente. Nós estamos falando de uma população que no ano 1500, alguns dados diferem, alguns falam em seis milhões de índios, outros em cinco milhões, mas, na verdade, nós temos números que vão de um milhão e oitocentos mil, alguns dados levantam, até seis milhões de indígenas existentes no Brasil no ano de 1500. Hoje, nós chegamos a uma população de 550 mil, sendo que, desses, apenas 358 mil estão vivendo de acordo com a sua realidade ou em seus territórios. Nós temos ainda uma população de duzentos mil índios vivendo, principalmente, nas periferias e aglomerados urbanos.

Então, provavelmente, mesmo nós que vivemos no Estado, que para aqueles que estão distantes daqui pensam que é uma realidade indígena mais próxima da urbanidade vivenciada por nós,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

mas que nas oportunidades que nós temos tido, em várias comunidades, tanto de Cuiabá como em outras dioceses do interior do Estado de Mato Grosso, nós temos visto que, infelizmente, a convivência ou o conhecimento da causa indígena não tem feito parte do dia-a-dia dessas pessoas.

É importante dizer isso, para que possamos vislumbrar se a Campanha da Fraternidade, enquanto campanha, tem objetivo de fraternidade com a temática específica deste ano. Ela tem um grande objetivo, dentre os vários objetivos específicos, que é o primeiro e fundamental - e se ele for atingido, os outros, por consequência, virão -, que é atingir a conscientização, e essa conscientização vai virar um processo de conversão permanente em cada um de nós. E eu digo em cada um de nós mesmo, porque nós que vivenciamos a coordenação dessa campanha também nos predispomos a iniciar um processo de conversão, que nós sentimos ser necessário, por estarmos afastados da realidade dos povos indígenas.

Então, esse objetivo de conscientizar, de convidar para a conversão da causa indígena, de sensibilizar a sociedade para a situação vivenciada pelos índios, e nós, especificamente, aqui, pelos índios mato-grossenses, é o objetivo maior da campanha. A campanha logrará êxito na sua seqüência em todos os outros objetivos, sejam eles a regulamentação de terra, a custódia de terra, de amparo à sociedade indígena no aspecto da educação e da saúde. Todos eles virão por consequência se nós nos conscientizarmos e nos convertemos continuamente ao conhecimento da problemática vivenciada pelos índios do Estado de Mato Grosso.

A partir desse objetivo, é fundamental que nós tomemos conhecimento, Deputado Gilney Viana, de que nós temos que olhar com um enfoque diferente para os povos indígenas, do que os enfoques que nós damos para o próprio processo de exclusão, que nós vivemos na sociedade brasileira, porque o que ele vivencia é uma realidade totalmente diferenciada da nossa. Para nós, quando se fala em terra, se fala em bem econômico, para nós quando se fala de terra, se fala de produção, se fala que se mede isso por dinheiro, quanto que se tira de uma colheita e das culturas extensivas voltadas para a exportação. Para o índio, quando se fala em terra, não se fala de bem, mesmo porque o índio não é proprietário da terra, a terra do índio é uma terra da nação brasileira, mas para o índio, quando se fala de terra, se fala de vida.

O Papa João Paulo II nos chama atenção: quando se tira a terra dos índios, está se tirando as condições de sobrevivência de um povo, porque a vida dele é ligada inteiramente à terra. Nós necessitamos da terra para sobreviver, mas nós não reconhecemos que a terra seja vida para nós. Nós reconhecemos a terra como valor econômico, como um bem que consta na nossa declaração de bens ou como um bem que gera riqueza no nosso cotidiano. Para o índio não, para o índio é vida, são os valores morais, é riqueza.

O documento da Campanha da Fraternidade, editado pela CNBB, nos mostra uma carta de um cacique norte-americano, escrita no ano de 1850, que nos dá uma lição de vida. Nós conhecemos, dos filmes de faroeste, a marcha para o Oeste nos Estados Unidos, acontecendo a devastação de vários povos indígenas. E depois de um determinado instante, eles acharam que já estavam muito civilizados e passaram a comprar as terras dos índios. Quando o presidente dos Estados Unidos, então, fez uma proposta de compra da terra daqueles povos, o cacique respondeu: “Nós não entendemos como vocês podem comprar alguma coisa da qual nós não somos donos. Nós não somos detentores da propriedade do ar que nós respiramos. Nós não somos detentores da propriedade do pássaro que canta para nós todos os dias. Nós não somos detentores da propriedade da água límpida que mata a nossa sede. Nós não somos detentores da propriedade da caça que nos alimenta no dia-a-dia.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Ou seja, tudo isso para nos chamar atenção do verdadeiro sentimento, da relação dos povos indígenas com a terra, e isso eu digo para que nós possamos, em nosso dia-a-dia, começar também a nos preocupar. Em várias comunidades onde temos nos reunido, nós temos chamado atenção para como eles reagiriam se perguntassem se as nossas reservas indígenas existem, se elas são suficientes ou se elas são mais do que necessárias para a sobrevivência dos povos, dos vinte e três mil índios que vivem no Estado de Mato Grosso. Provavelmente, em nosso dia-a-dia, seria muito cômodo dizer: nós temos reservas, porque nós ouvimos falar que tem um milhão de hectares de terra, e a gente acha que é terra demais, é terra demais para nós, ou pela metodologia que nós utilizamos para explorar essa terra muitas vezes, ou na maioria das vezes, de forma inadequada. O índio não.

Então, a Campanha da Fraternidade tem todo esse sentimento de nos chamar atenção, primeiro, para aprender um pouquinho do que é o significado da terra para o índio; e, depois, de como ele tem vivido. E o documento nos chama atenção para alguns dados que são fundamentais. Por mais que nós sempre tenhamos que trazer isto para nossa realidade, eu tenho que me preocupar, Deputado Gilney Viana e Deputada Serys Slhessarenko, com 500.000 índios brasileiros, mas nós temos que nos preocupar com os 23.000 índios mato-grossenses, nós temos que nos preocupar com os povos que sobreviveram, chegando próximo de 600.000 no ano de 1500, mas nós temos que nos preocupar e ver mais próximo de nossa realidade, com os 38 povos que vivem no Estado de Mato Grosso, em suas 58 áreas. São povos que têm uma realidade até um pouco melhor que a média nacional. Na média nacional, apenas um terço das reservas indígenas estão homologadas e demarcadas. Em Mato Grosso, nós temos dois terços, graças a um programa que existiu especificadamente, mas que deveria ter alcançado a meta de cem por cento, conforme preconizado no Estatuto do Índio, do ano de 1970, e depois referendado pela Constituição Brasileira de 1988, que mais uma vez preconizou que no prazo de cinco anos, após a promulgação da Constituição, todas as áreas deveriam estar demarcadas.

Nós sabemos que isso não tem acontecido. Hoje, das 58 áreas indígenas, apenas 36 estão demarcadas, mas o que nos chama atenção é que só a demarcação e a regularização destas terras não resolvem o problema. Nós temos muitas reservas que estão demarcadas e regulamentadas, onde o subsolo e a riqueza mineral são explorados, porém, os resultados não voltam para aquela população indígena, porque são explorados de forma inadequada e por pessoas que não têm o comprometimento devido ou que não estão adequadamente habilitadas para aquele fim.

A exploração madeireira também não é diferente. Isso tem acontecido... No final do ano, em Comodoro, nós vimos o exemplo do Ministério Público, que, pela primeira vez, tomou uma decisão diferenciada. Toda vez que se tira uma riqueza de uma reserva indígena, muitas vezes aquilo se perde com apreensões, como várias toras de madeira que foram apreendidas no Estado de Mato Grosso e que ficaram apodrecendo em depósitos. O Promotor de Justiça de Comodoro tomou uma decisão diferenciada: ele levou a leilão a madeira apreendida, e o resultado do leilão voltou em benefício da comunidade indígena, de onde havia sido retirada ilegalmente. Então, são experiências novas que nós vivenciamos.

No aspecto da educação, a população indígena brasileira também tem vivido uma realidade um pouco diferenciada ainda. Nós sabemos que muitos dos missionários que aqui chegaram no ano de 1500 coadunaram com a política implantada, que aqui chegou com a coroa portuguesa, mas muitos também reagiram, e reagiram bravamente à maneira como os povos indígenas foram dizimados. E principalmente nos dias de hoje, em que os nossos missionários aprenderam o ensinamento recente da igreja, que ela colocou com clareza que é necessário que nós trabalhemos dentro da cultura do povo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

indígena. Nós nos adequamos à cultura do povo indígena. Não somos nós os donos da verdade, que vão chegar e querer transformar a cultura desse povo, muito pelo contrário, nós temos que conhecer e aprender em muitos pontos com os povos indígenas.

E educação só poderá ir para frente, se também for vivenciada pelos próprios povos indígenas! Da mesma maneira a saúde, Deputada Serys Silhessarenko, a saúde indígena é responsabilidade do Sistema Único de Saúde, mas, infelizmente, nós sabemos que ele não está aparelhado nem para atender o cidadão brasileiro que vive na cidade, muito menos para atender aquele que vive numa aldeia isolada. Então, é fundamental que nós estejamos mobilizados.

Hoje, tem um programa chamado “Xamã”, que está formando agentes de saúde nas populações indígenas. É uma conquista! No ano passado, nós tivemos duzentos e trinta agentes de saúde indígenas formados no Estado de Mato Grosso, mas é muito pouco ainda - diante da nossa necessidade, a demanda é muito maior. Nós precisamos ficar atentos, então, a essa realidade que é vivida pela população indígena, para que nós possamos nos penitenciar dos quinhentos anos de colonização do nosso território, das atrocidades cometidas contra as populações indígenas, e para que, diante disso, nós possamos vislumbrar um horizonte diferente para esses povos construtores e verdadeiros donos desta Nação.

Nós aprendemos na escola, muitas vezes, o processo de descobrimento do Brasil, e nós não precisamos ver o que está no texto base da Campanha da Fraternidade ou nos novos livros de História, que muitas vezes, ou muitos deles, ainda hoje costumam contar a história mais real, mas nas comunidades que nós visitamos, nós nem precisamos falar isso. Nós só perguntamos quem descobre alguma coisa, parece-me, que tem chegar primeiro. E quem chegou aqui no ano de 1500, não encontrou aqui seis milhões de índios, mas pelo menos um milhão e oitocentos mil índios havia. Então, nós sabemos que tinha uma população aqui que não teve respeitado seu direito de verdadeiros donos deste território. E os verdadeiros donos deste território são esses que não têm o sentimento de propriedade carregado por nós. Então, é interessante que nós possamos rever todos os nossos conceitos.

E na Campanha da Fraternidade é interessante o desencadeamento da temática que nós temos, no decorrer dos anos, e ela nos tem ensinado.

Eu tenho tido esse privilégio, Dom Bonifácio, porque tenho trabalhado nesses últimos vinte anos na Campanha da Fraternidade, e isso acaba nos trazendo uma riqueza muito grande no encadeamento dos temas. E os temas, por incrível que pareça, apesar de ser um processo democrático de escolha, os temas não nascem das cabeças dos Srs. Bispos. Nós nos reunimos, a nossa equipe nacional, junto com os bispos que compõem a Comissão Episcopal Pastoral - CEP, para poder definir. E essa definição surge dos levantamentos que nós fazemos nas comunidades, passa pelas paróquias, das paróquias chega à diocese. Na diocese de Cuiabá, nós levantamos sempre duas sugestões, levamos para o nosso regional, reunimos as nove dioceses de Mato Grosso que formam a Regional Oeste II, a CNBB, nós compilamos dois temas daqueles que surgiram lá nas comunidades, e levamos para Brasília, lá na nossa reunião, onde reunimos todos os coordenadores regionais, junto com os bispos da CEP, aí, sim, para tirar um desses temas.

Nós chegamos a esse tema dessa maneira. E, por incrível que pareça, a ação do Espírito Santo é forte nos momentos que mais precisamos dele, porque nós conseguimos chegar sempre a temas, e os temas conseguem demonstrar a continuidade de um trabalho em um determinado espaço da sociedade que necessita vitalmente que seja gerada fraternidade naquele momento, é o que nós estamos vivendo com os povos indígenas.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

E eu digo isso porque, na campanha do ano que vem - a campanha, nós temos um planejamento de dois anos de antecedência -, nós definimos a temática dela no ano passado. Na reunião de junho, deste ano, nós vamos discutir e já definir o tema da campanha de 2004. E a campanha do ano que vem será uma campanha em que nós aproveitaremos os ensinamentos que nós vamos receber, e que estamos recebendo dos povos indígenas este ano. Nós vamos discutir sobre os idosos. Esse tema está na fila há alguns anos - até Dom Bonifácio está apontando para ele, como beneficiário do tema.

Os bispos, há séculos, diziam já, Deputada Serys Shessarenko: não é possível que não seja a nossa campanha! Nós vamos embora e a campanha que vai falar dos idosos não chega! E na campanha do ano que vem, nós vamos levar um ensinamento maior que da campanha deste ano.

Na Bíblia, nós sempre aprendemos que os mais jovens aprendem com os anciãos - o conselho de anciãos define as coisas. A população indígena respeita muito os anciãos. Os anciãos são responsáveis pela perpetuação do conhecimento deles, da cultura deles. Em nossa sociedade, infelizmente, nós não temos nem idosos, nem anciãos. A própria nomenclatura, que nós usamos, é “os velhos”. E velhos são objetos. Velhos são descartáveis, são jogados fora, jogados em qualquer lugar. Quando muito, a família mais cuidadosa procura um asilo para colocar os velhos.

E nós vamos levar para a campanha do ano que vem um grande ensinamento dessa campanha com os povos indígenas. Os povos indígenas, que não geram meninos de rua, que não geram meninos abandonados, que têm um comprometimento da comunidade, de um com os outros, que provavelmente não tem o mesmo tipo de comportamento que nós temos.

Antes de iniciarmos esta audiência, conversávamos aqui - estava um pouco atrasado o início - sobre o ritmo dos povos indígenas e, muitas vezes, não entendemos. Há vinte anos, podíamos descer a Generoso Ponce depois do meio-dia e não encontrávamos uma porta aberta, não entendíamos por que tinha que se fazer a sesta. Talvez fosse tão fundamental, e a qualidade de vida era outra naquela época. Não entendemos até hoje porque o cuiabano, o nativo, com um costume indígena muito forte, era quase como o índio. Para o índio, se ele tiver 365 pés de mandioca, ele tem certeza que tem um pé de mandioca para cada dia do ano. Para nós não basta, porque os 365 pés de mandioca não nos dão a segurança da sobrevivência, que a cada dia que passa colocamos num horizonte mais longo. Nós temos a necessidade de ter alguma coisa para ver como vamos sobreviver daqui a dez anos, daqui a vinte anos, daqui a trinta anos. O índio pensa no dia, porque ele sabe que um dia após o outro serão providas as necessidades que ele terá para sua sobrevivência, porque ele acredita na terra em que ele vive, ele tem essa relação diferente da que nós temos com a terra.

Então, essa campanha da fraternidade, podemos ter certeza, veio no momento adequado. Depois de 500 anos de caminhada, de nos penitenciarmos de alguns erros, de muitos erros, com certeza estamos prontos e nos colocando à disposição para adquirirmos a consciência do respeito que devemos ter com esses povos na busca da construção de um mundo novo.

Eu quero colocar-me à disposição dos senhores, das senhoras, deste Parlamento, para que possamos dar continuidade a essa campanha, não apenas no período quaresmal. Enquanto campanha, ela começou na Quarta-feira de Cinzas, e vai até o Domingo de Ramos, mas é uma temática que vem e que fica. Nós estamos até hoje refletindo sobre a nossa primeira Campanha da Fraternidade, de 1964, que falava da novidade maior daquele momento, o Concílio Vaticano II. Falava bem assim: “Lembre-se, você também é a Igreja”. Chamava-nos para uma participação, que não vamos à igreja, nós fazemos parte da igreja. Até hoje ela continua sendo novidade, continua sendo trabalhada nas catequeses, nas nossas comunidades. E os temas que passaram, aqueles que falaram do irmão do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

trabalho, aqueles que falaram da terra, aqueles que falaram das prisões, aqueles que falaram de todo o processo de exclusão, continuam vivos. O tema das drogas, do ano passado, é uma necessidade continuarmos discutindo. Por isso o tema do índio também não vai acabar no Domingo de Ramos. É necessário que assumamos o compromisso.

Foi importante, na abertura desta Audiência Pública, o Deputado Gilney Viana ter falado que a Comissão de Direitos Humanos coloca-se à disposição para dar continuidade a essa discussão, porque é um trabalho que exige a vigilância permanente da sociedade. Nós temos conquistas, mas, além das que obtivemos até aqui, precisamos obter daqui para frente, e acima de tudo também manter o caminho que já foi trilhado até aqui.

Todo caminho que nós já abrimos com dificuldade, nós não podemos deixar que ele se feche outra vez. É necessário que ele permaneça aberto e que vislumbramos dias melhores pela frente. É um momento rico para discutirmos, quando a sociedade mundial discute a questão da globalização, é interessante ouvir uma organização que fala da questão da globalização, mas que nós possamos reverter, e dizer de uma outra moeda.

O documento nos fala, o processo de globalização se iniciou, principalmente, numa discussão dos sindicatos, quando os sindicatos do mundo começaram a montar as suas organizações. Infelizmente, nós temos a globalização pelo lado financeiro, do mercado financeiro, mas hoje nós somos convocados, senão para globalizar, com certeza a universalizar a solidariedade, esta sim não pode ter barreiras, esta não pode ter fronteiras - essa nós somos convocados a nos irmarmos.

Não em mercados comuns, mas em povos que caminham juntos, na busca do objetivo da construção desse mundo novo, que é o reino de Deus. Que nesta Campanha da Fraternidade nós nos sintamos convocados a participar dela, e que nós possamos, de fato, buscar essa lenda que trouxe o lema tupi-guarani, que é a terra sem males, que nós sejamos também plantadores da semente da terra sem males, que haverá de existir para todos nós. Muito Obrigado.

O SR. GILNEY VIANA - Muito obrigado, Sr. Pepeu Garcia, Coordenador Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade.

Antes de passar a palavra ao Sr. Arcebispo, nós agradecemos a presença dos alunos da Escola Municipal Rita Caldas Castrilhon de Cuiabá, as professora Márcia Domingos Moura de Arruda, que é Coordenadora da Escola Professora Guilhermina de Figueiredo, e também os alunos de ambas as escolas; a Sr^a Vera Zagon, representando o Deputado Federal Celcita Pinheiro, e também a Sr^a Márcia Campos, do Conselho Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos; o Sr Vitor Aurapi Peruapi, representando a Associação Agurapi - espero ter pronunciado corretamente -, da Associação da Comunidade Bakairi; a Professora Mestre Francisca Morantin, representante da Comunidade Indígena Pareci. Muito nos honra ter à Mesa dois representantes de povos indígenas, que terão oportunidade de colocar para nós, da sociedade nacional, o seu sentimento diante da Campanha da Fraternidade.

Com muita propriedade, nós passamos a palavra ao Arcebispo Metropolitano, Dom Bonifácio Piccinini, que vai nos esclarecer, talvez não tanto esclarecer, já foi bastante clareado pelos objetivos da Campanha da Fraternidade, mas nos dar aquele *feeling*, aquela percepção de que é muito mais talvez do que o Pepeu conseguiu dar.

DOM BONIFÁCIO PICCININI - Sr. Deputado Gilney Viana, presidente aqui desta Audiência Pública e responsável, junto com o Deputado Humberto Bosaipo, pela realização deste evento, membros da Mesa, Deputada Serys Shessarenko, meus prezados colegas:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Eu quero agradecer, em primeiro lugar, a esta Assembléia Legislativa pela sensibilidade de ter trazido para discussão, dentro de seu próprio plenário, este tema, que é proposto pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, e não só para os católicos. A Campanha da Fraternidade é organizada, é de responsabilidade da Conferência dos Bispos da Igreja Católica, mas ela não é dirigida só para os católicos. Ela é dirigida a todos os brasileiros, a campanha é de âmbito nacional, não extrapola os limites de fronteira, mas é dirigida a todas as pessoas que têm sensibilidade, que podem adquirir informações a respeito dos vários temas que se colocam à disposição para reflexão.

Como o Pepeu mesmo dizia, trata-se de uma campanha de conscientização. A nossa campanha é de educação. Nós não temos aquela fase da campanha, das realizações, que se chama de coleta de dados para conferir quantitativamente até onde nós chegamos.

Com freqüência, nossos queridos jornalistas me abordam na época da Campanha da Fraternidade e me perguntam: “Quais foram os resultados da Campanha da Fraternidade do ano passado?” A gente não tem um levantamento, uma tabulação, não existe... Nossa campanha não visa a um objetivo quantitativo, imediato, contábil. A única coisa contábil que dá para fazer é o resultado do gesto concreto, que é contábil, porque existe uma coleta nacional realizada no Domingo de Ramos e que tem um destino específico, que é estabelecido pela própria coordenação da Campanha da Fraternidade.

Ainda que seja contábil, eu não sei até hoje quanto é isso, mas o que interessa, como resultado da Campanha da Fraternidade, é o que fica dentro do coração e da vida das pessoas. Para mim, isso não é fácil contabilizar, mas tenho a firme convicção de que nesses trinta e nove anos de Campanha da Fraternidade, em âmbito nacional, muitas idéias que essa campanha veiculou e inoculou, insensivelmente, em pessoas que não são católicas, acabaram criando espaço e sendo objeto de reflexão e de tomada de decisões.

Eu penso em fazer um levantamento preciso, no âmbito dos legisladores brasileiros, sejam federal, estadual ou municipal, porque muitas idéias que a Campanha da Fraternidade veiculou acabaram habitando o coração, os discursos e as decisões dos nossos legisladores. Nós não fazemos esta referência para nos vangloriar de nada, nós não queremos usar a Campanha da Fraternidade para nos promovermos, nós bispos, nós Igreja Católica. Nós queremos que, realmente, aquilo que é um pensamento sadio, um pensamento fraterno – eu gosto de acentuar isso, e o Pepeu também anotou. A nossa campanha é de fraternidade, a nossa campanha é fazer com que os brasileiros se respeitem como irmãos, independente de religião, de categoria social, de procedência étnica ou de estrangeiros que estão aqui.

Nós não desistiremos de fazer a Campanha da Fraternidade enquanto não tivermos realizado uma fraternidade entre os povos do Brasil, entre os brasileiros. Este ano o foco são os povos indígenas, que são uma parte importante, embora numericamente pequena, da nossa nacionalidade, do solo pátrio que pertence a todos nós.

O lema da Campanha da Fraternidade, tomado de imediato, é impossível, humanamente falando, uma utopia. Não existirá nunca a terra sem males, “tucu”, sempre haverá algum mal. Faz parte da própria realidade terrena, humana, limitada, infinita e criada, que somos todos nós. Nós teremos sempre que conviver com algum mal, alguma deficiência, alguma precariedade, alguma desordem moral, civil, política, econômica, mas não estamos proibidos de aspirar ao mais alto. O ideal é sempre algo que a gente coloca na frente, como inspirador, como uma posição, uma referência na direção da qual nós queremos caminhar, progredindo. O lema “uma terra sem males”, tomada da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

cultura guarani, é exatamente isso! O ideal é este: ter uma terra sem males, uma convivência humana sem mazelas. As mazelas existirão sempre. Nós somos chamados naquilo que nos compete, nos cabe, a diminuir a intensidade, o alcance, a penetração desse mal, e cada um de nós, cada um dos brasileiros tem a possibilidade de encurtar o mal que acontece na fraternidade do povo brasileiro. Esse lema vale não só como referência aos povos indígenas, mas como referência a toda população brasileira.

Então, nós não queríamos que esse lema, tomado assim direto, fosse uma coisa impossível, humanamente falando! Não queríamos que esse lema nos desanimasse: como é impossível, então, ficamos como estamos, não fazemos nada. Ele é um estimulante, é um provocador, é um ideal que nos estimula a nos aproximarmos dele. Então, eu os convido, sem me prolongar, porque eu gostaria de ouvir pessoas, sobretudo, que pertencem aos povos indígenas, e não vou me delongar, eu queria que olhássemos este lema, “por uma terra sem males”, não como uma coisa utópica, mas como uma coisa que eu posso, em parte, realizar. Vamos realizá-la. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) - Muito obrigado, Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo Metropolitano. Vossa Reverência, ao final, fez uma provocação, e acho que a Mesa terá de atendê-lo.

Nós, descendentes de europeus, só estamos falando da solidariedade da fraternidade aos povos indígenas. Gostaríamos de saber se aqueles que são autenticamente indígenas, que são filhos da terra, filhos e filhas dos povos que durante milhares de anos aqui habitaram, milhares de anos – gostaria de assinalar isso. Não são quinhentos anos. Eles aqui habitaram por milhares de anos, aqui construíram civilizações, culturas - assim poderíamos dizer –, povos que perpassaram, que resistiram aos quinhentos anos da colonização e do domínio de nós outros, descendentes de europeus.

Então, num depoimento com esse perfil, nós chamamos primeiramente o Bakairi Talkane Estevão Carlos, que é presidente da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso, a quem com muita honra, com muita alegria, nós recebemos e convidamos para fazer o uso da palavra.

O SR. TALKANE ESTEVÃO CARLOS - É sempre uma responsabilidade muito grande poder transmitir o sentimento de várias etnias, de vários povos indígenas, num momento como este. E o que nos fortalece também é a iniciativa, Dom Bonifácio Piccinini, da igreja, principalmente da Igreja Católica, nesta Campanha da Fraternidade, que volta a sua atenção, a sua sensibilidade para os sobreviventes, digamos assim, dos primeiros habitantes, dos primeiros povoadores desta terra, das Américas, especificamente o que se convenceu chamar Brasil.

Na minha humilde condição de representante - em uma tentativa de reorganizar esses povos, portanto, organização própria, que se fala aqui no Estado de Mato Grosso - da Federação Indígena de Mato Grosso, eu quero dizer para todos os senhores, mas em nome da Igreja, em nome de Dom Piccinini aqui presente, quero dizer que a gente fica muito feliz com essa iniciativa, que está sendo tomada depois de quinhentos anos de colonização, e agora, particularmente, num novo momento. Qual será esse novo momento daqui para frente depois dos quinhentos anos de colonização dessas terras? Enquanto povos diferenciados, nós estamos querendo, o nosso sentimento é estabelecer, Dom Piccinini, um relacionamento respeitoso, um relacionamento também de irmandade.

Eu estava verificando, no final de semana passado - eu estou vivendo aqui em Cuiabá em função do meu trabalho, hoje, na Federação -, que o presidente nacional da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que eu acho que é Dom Jaime, na revista *Veja*, dizendo que a Igreja acompanha a questão indígena desde Padre Anchieta. E isso me trouxe de volta um pensamento: como é que a gente poderia retomar, desde aquele momento - porque o povo indígena é muito místico, gosta

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

muito de pajelança, e essas coisas todas -, uma coisa muito bonita, de comprometimento da CNBB com a causa indígena.

E aqui em nosso Estado de Mato Grosso, eu vejo que há muita simpatia com relação às populações indígenas, por parte das entidades de apoio, da Universidade Federal de Mato Grosso, das universidades particulares, dos colégios. Nós temos procurado, muitas vezes, ter acesso à formação, porque a necessidade, hoje, dos nossos povos é que nós tenhamos esse relacionamento de forma mais qualificada, de forma que nós possamos ter garantia de que os nossos direitos sejam realmente respeitados, mas um dos grandes males da colonização foi a falta de comunicação entre nós outros e os colonizadores. Nós estamos buscando formar, hoje, o nosso quadro de advogados, agrônomos, biólogos, professores, e é nesse sentido que estamos caminhando.

Eu gostaria também de colocar um pouco da minha preocupação, porque nós poderemos também refletir, nesse momento importante da Campanha da Fraternidade, sobre aqueles povos que não tiveram contato ainda com a chamada sociedade envolvente ou sociedade nacional, porque como foi colocado aqui, trezentos mil índios foram contactados, têm contato com a sociedade, e duzentos mil vivem em periferias, não tendo ainda cadastro, nem acesso aos serviços básicos de saúde, educação e terra, e essa é uma dívida social muito grande, importante para resgatarmos, mas tem ainda um segmento importante entre esses povos, que ainda não teve contato nem mesmo com a minha comunidade, quanto menos com a sociedade brasileira ou de Mato Grosso.

Eu tenho uns dados, aqui, para os senhores sentirem, referentes a esses povos isolados, aqueles povos que não tiveram nenhum contato ainda, aqui no Estado de Mato Grosso, no Município de Cotriguaçu, na região de Moreru, Pacutinga, entre as cabeceiras dos igarapés Pacutinga e Moreru, afluentes do rio Aripuanã; rio Bararati, entre as cabeceiras do rio Bararati, afluente do rio Juruena, em Cotriguaçu; igarapé Anil, rio São Tomé, entre o igarapé Anil e o rio São Tomé, afluentes do rio Juruena, Apiacás; Piripicura, entre as cabeceiras dos rios Madeirinha, Roosevelt e Branco; igarapé Duelo, Aripuanã; Apiacás, entre as cabeceiras do rio Apiacás; igarapés Coatá, Gavião e rio Batelão, Municípios de Tabaporã e Juara; Baixinhos, entre as cabeceiras do rio Guariba, a terra indígena Aripuanã, Arara; e as cabeceiras dos igarapés Salvação e São Francisco, em Aripuanã; rio Tenente Marques, entre as cabeceiras do rio Tenente Marques, ao Sul do Parque Indígena Aripuanã, em Juína; Cabixi, rios Cabixi e Piolho, afluentes do rio Guaporé, Município de Comodoro; rio Pardo, na fronteira do Mato Grosso e Amazonas, região da Serra Grande, interflúvio dos rios Aripuanã e Guariba, na região de Aripuanã. Esses dados são de acordo com a FUNAI, da Coordenadoria de Índios Isolados, levantamento provisório sobre os índios isolados em território brasileiro.

Então, existe ainda essa população, e nós gostaríamos de externar uma preocupação com relação a essa população, quando defendemos que essas regiões onde se encontram esses irmãos sejam cercadas, sejam protegidas de alguma forma, a fim de que eles não sofram os impactos do contato com essa sociedade, porque o contato não tem trazido boas conseqüências, como é do conhecimento de todos. Então, é nesse sentido que eu estou trazendo para essa campanha e, também, para esta Casa, Deputado Gilney Viana, quando se fala em terra indígena, em território indígena, esse segmento, sem dúvida, não pode ficar despercebido.

Eu quero deixar uma cópia com Vossa Excelência, a fim de que essas preocupações também estejam povoando a preocupação desta Casa, que é uma casa de todos nós, que é a casa do povo mato-grossense, que é a casa do povo brasileiro. Eu quero colocar aqui, diante de Dom Bonifácio Piccinini, que eu gostaria imensamente que também fosse a casa dos povos indígenas de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Eu tenho dito. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) - Muito obrigado digo eu, dizemos todos nós a você, Talkane, que dá o contraponto de quem é vítima e de quem é protagonista de uma resistência secular aos danos ou aos impactos causados pelo contato com a sociedade nacional.

Eu quero registrar, também, a presença do Deputado Wilson Teixeira Dentinho, que nos conforta.

Arbitrariamente, organizei os cinco oradores, mesclando a nossa origem étnica, por isso eu vou me permitir chamar primeiro o Mestre Mário Bordignon, do Patronato Santo Antônio, e depois o Sr. Lúcio Flores. A partir daí eu concederei a palavra a todos que quiserem falar.

Com a palavra, Mestre Mário Bordignon.

O SR MÁRIO BORDIGNON – Boa-tarde a todos, Sr. Deputado, Sr^a Deputada, Sr. Bispo Dom Bonifácio Piccinini, senhores e senhoras, eu queria colocar a minha palavra em dois pontos: as alegrias da questão indígena em Mato Grosso e as dores da questão indígena em Mato Grosso.

Em se falando de alegrias, eu gostaria de destacar alguns pontos, por exemplo, a educação. Temos que reconhecer que Mato Grosso hoje é um Estado que deu um exemplo para todo o Brasil quanto à educação indígena, primeiro com o Projeto Tucum, e hoje com a Universidade Indígena em Barra do Bugres. Pessoalmente, eu tive a sorte de colaborar para montar o Pólo III do Projeto Tucum.

Também na saúde, como já foi lembrado aqui, já foram formados vários índios pelo Projeto Xamã, sem contar todos aqueles que já tinham sido formados antes pelo CIMI - eu sou Mestre Mário, e fui durante quatro anos coordenador do CIMI e dezoito anos em área indígena bororo.

Então, temos avanços na educação indígena e na saúde indígena. Temos avanços muito bons, porém não são usados, que são as leis favoráveis aos índios - a Constituição Brasileira é muito favorável aos índios, pena que na prática não seja cumprida, mas não deixa de ser um referencial. E já foi lembrado aqui que Mato Grosso é o Estado que mais terras demarcadas tem, no Brasil.

E gostaria de lembrar o papel da igreja - não é para puxar a sardinha para nossa brasa, é um fato histórico. Na década de 70, justamente quando nasceu em Mato Grosso o CIMI. Depois o CIMI se organizou em nível nacional, mas o CIMI nasceu em Mato Grosso. Os jesuítas salesianos e leigos engajados fundaram o CIMI. Nós podemos lembrar figuras de destaque nacional, gostaria de lembrar o Padre Iaze, o guerreiro; o Padre Thomás Lisboa; o Padre Balduino; o Bispo Dom Érico Flores - que são os primeiros que assinaram o documento do CIMI -; e os salesianos, o Padre Rodolfo, meu amigo; Padre Rodolfo Lucken Baine, primeiro missionário na América Latina morto em defesa do território e da cultura indígena. Gostaria de lembrar o saudoso, nosso amigo, o Irmão Vicente Canãs, que morreu em 1987, em defesa do território dos Enauenê-nauê. Graças a ele, hoje, esse povo tem sua terra demarcada. Gostaria de lembrar o saudoso Padre João Bosco Burnier, muito amigo da gente, amigo dos bakairi, que foi morto no Vale do Araguaia, quando ajudava Dom Pedro Casaldaliga a defender as pessoas perseguidas pela polícia.

Então, a igreja missionária em Mato Grosso tem uma história muito bonita, que pode ser conferida nos anais, nos documentos. E os missionários também ajudaram na demarcação das terras indígenas. Há pouco tempo se falava de Padre Pedro Esbagalotte. Na época de 60, ele pegou um teco-teco, sobrevoou toda a região do Araguaia, do rio das Mortes, junto com o Ministro Cavalcante, e mostrou ao Ministro todas as aldeias xavantes.

Desta proposta, surgiram depois as demarcações das terras indígenas dos xavantes.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Então, a igreja em Mato Grosso tem os seus merecimentos, que podem ser comprovados, inclusive, na demarcação das terras indígenas, sem falar do patrimônio etnográfico, antropológico.

Só para ter uma idéia, hoje, o povo bororo é o povo mais estudado na América Latina, a ponto de ter uma enciclopédia com dois volumes, com mais de mil páginas, e um terceiro volume com trezentas páginas, fora outros textos. Hoje o povo bororo é o mais estudado na América Latina, talvez até no mundo. Passa de cem os títulos sobre a cultura bororo, só para citar em alguns exemplos. Enfim, Mato Grosso tem história, e a igreja e os índios em Mato Grosso continuam na luta até hoje.

Em se falando de educação, gostaria de lembrar aqui que as primeiras escolas estaduais indígenas do Brasil foram: Sangradouro, Meruri e San Marcos. A quarta escola foi a Escola Indígena Tapirapé. Hoje, a Escola Indígena Tapirapé é um referencial em nível nacional. Falando-se em escola indígena, em subsídios didáticos, eu posso falar alguma coisa, pois sou parte envolvida. Não existem no Brasil povos indígenas com textos escolares - não cartilha, cartilha é o beabá, todo mundo sabe -, com textos escolares bilíngües, interculturais, como os povos Xavante e Bororo. Hoje, nas escolas Xavante e Bororo, em Tapirapé, em Mato Grosso, nós temos textos que acompanham o aluno do pré-primário até a oitava série e o segundo grau. É bom sempre dizer essas coisas, porque quando se fala em questão indígena é muito fácil dizer, fazer uma visão apocalíptica, de tragédia - tem tragédia também, mas tem muitas coisas bonitas em Mato Grosso, que é bom se dizer.

E este ano a Igreja propõe como tema da Campanha da Fraternidade os povos indígenas, e achei por bem lembrar as coisas para nós aqui, neste ambiente privilegiado que é a Assembléia Legislativa. Eu disse no começo que nós também temos tristeza. A educação está bem encaminhada, mas entrou muita politicagem. Infelizmente, a gente viveu dentro da Escola Indígena e percebeu que, de repente, o índio se tornou quase um acessório, foi mais uma disputa de branco, de não índio, para se alcançarem os lugares privilegiados na condução desses institutos, dessas escolas, dessas universidades, muitas vezes deixando de lado o índio. Por exemplo, eu acompanhei a elaboração de uma proposta universitária, de um currículo universitário, e eu lembro que, numa assembléia indígena, as propostas que fizeram eram Direito Indígena, Saúde Indígena, Biologia, Ecologia e tudo mais, enfim, mas passou Matemática, Português e Ciências Naturais. Mas tudo bem, o importante é que hoje temos uma universidade, quem sabe com o tempo ela pega o rumo realmente indígena.

Só a título de informação, eu soube que em janeiro passado, lá em Barra do Bugres, o pessoal ficou uma semana discutindo se o missionário podia ficar na aldeia ou era melhor tocar para fora. Agora, eu deixo esta audiência responder se o missionário hoje, frente a alguns fatos que eu mencionei... Em todo caso, o índio tem toda liberdade de decidir. Hoje, o missionário não é mais o dono do índio, hoje o missionário é o assessor do índio, é aquele que trabalha com o índio, aquele que apóia o índio. Então, nós gostaríamos que hoje também a educação fosse junto com o índio, não mais o branco dominando o índio, em nível de Projeto Tucum, de universidade ou de prefeituras, e assim por diante.

A saúde do índio também está passando por altos e baixos. Nós soubemos um dia desses... Eu vou ler para vocês: “Governo Federal extingue a FUNASA. A notícia foi anunciada com sutileza nos meios de comunicação nacionais na terça-feira, dia 19 de fevereiro. A Fundação Nacional da Saúde, FUNASA, a quem cabe a execução da política nacional da saúde indígena, foi oficialmente extinta. Em seu lugar foi criado o Sistema de Saúde Indígena e Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças.”

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Então, estamos assistindo a uma privatização da saúde indígena, de uma hora para a outra, sem aviso prévio, sem uma discussão mais ampla a que nós éramos acostumados, índios e não índios. Obviamente, hoje, com todas essas mudanças, os índios estão em dificuldade na saúde.

No tocante às leis, nós estamos preocupados. Nós temos o maior respeito para com o Senador Antero Paes de Barros... Quando ele era Deputado, em 1988, ele foi um dos melhores Deputados Constituintes. O Deputado Antero Paes de Barros lutou junto conosco, do CIMI, para impedir a construção da Usina Doze de Outubro, na área dos Nhambiquaras, ele foi um lutador junto dos povos indígenas. Hoje, o Senador Antero Paes de Barros, por quem eu tenho o maior respeito, vem com uma proposta de reduzir, rever a demarcação das terras indígenas. Eu gostaria que esta Assembléia Legislativa, que os Srs. Deputados não se esquecessem desta proposta que está no ar, em Brasília, inclusive. Pelo amor de Deus, o índio já cedeu tanta terra, será que tem que ceder mais ainda?

Também nos assustou, Sr. Deputado Gilney Viana e Sr^a Deputada Serys Shhessarenko, a conversa do Governador Dante Martins de Oliveira, a quem, diga-se de passagem, nós devemos muito, nós que trabalhamos na questão indígena, porque ele sempre nos deu bastante espaço para trabalhar com o índio. Mas há um mês, em Chapada dos Guimarães, num encontro com o BID, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, ele falou uma frase que nos assustou. Ele disse aproximadamente assim: se os índios não pararem de exigir a demarcação de terras, haverá uma convulsão social, será deflagrada uma guerra. Nós todos ficamos preocupados com essa frase do Governador, dita lá na Chapada dos Guimarães, há cerca de um mês, naquela reunião junto com o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nós entendemos as intenções do Governador de abrir o Estado à indústria, à agroindústria, e tudo mais, mas nós pensamos que isso não deve ser feito à custa dos povos indígenas.

Falando nisso, todos vocês estão cientes, repetidas vezes, de tentativas de arrendar terras dos índios, especialmente no Chapadão dos Parecis. Anos atrás eu estive em Mato Grosso do Sul para ver as terras dos Caioá, que foram arrendadas dos povos indígenas - o nosso amigo Lúcio Flores deve conhecer lá. Eu vi campos e campos de capim, com barracos de lona preta, e os Caioás morando aí. Não sei se o Lúcio Flores chegou a ver isso também. Eu vi, na região de Dourados, Amambaí, Caarapó, e assim por diante. Terras que foram arrendadas dos índios e devolvidas igual a este piso que está aqui: capim! Será que o índio vai comer capim? Então, são preocupações e dores que nós achamos por bem manifestar neste ambiente.

Terras são demarcadas... Há terras que faltam ser demarcadas. Eu gostaria de lembrar um exemplo. Jarudore é uma terra Bororo demarcada e homologada, e os brancos expulsaram os Bororos de lá. Nós temos nossos irmãos, os Chiquitanos, na fronteira entre Bolívia e Brasil, e até hoje não tem FUNAI, não tem missionário, não tem ninguém com eles, não tem terra demarcada, um empurra para cá, outro empurra para lá, e nossos irmãos Chiquitanos estão lá hoje numa situação bastante triste.

Temos a terra dos Suiá-missu, dos Xavantes, que a política jogou, que os políticos regionais invadiram a terra, e agora começou todo aquele processo para tirar de lá - foi uma jogada planejada na ECO 92, e assim por diante. Há outras terras a serem "desincruzadas", há terras invadidas...

E gostaria de falar uma palavra aqui sobre madeireiras. O Vale do Guaporé, no Norte do Estado, nos Municípios de Juína, Aripuanã, Castanheira e Cotriguaçu, há uma depredação sistemática das terras indígenas. Todos estão sabendo que no mês passado foi morto - aliás, em

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

dezembro - o Carlito Cinta Larga, lá em Aripuanã, por madeireiros. O madeireiro alicia índio, paga aparentemente bem - não paga bem, paga preço de banana -, coloca índio contra índio, porque um vende mais barato, e aí ocorrem os conflitos. Quantos índios já morreram pelos madeireiros?

Na época, eu estava no CIMI, e enfrentamos questões seriíssimas no Vale do Guaporé. Branco jogando índio contra o índio, pegando os Parecis do Chapadão contra os índios do Vale do Guaporé, a ponto de pegarem os Parecis para matar o Pedro Mandarissu, que era um grande lutador em defesa de sua terra, que não queria que o branco entrasse na terra demarcada deles. Os fazendeiros pegaram, inocentemente, os índios do cerrado e mandaram matar o Pedro Mandarissu, no Vale do Guaporé.

Os madeireiros usam um caminhão com tração nos três eixos, chamados toureiros, os Volvos... Em Comodoro, eles sabiam que havia um bloqueio da polícia, pegaram os índios que já haviam amansado na cidade, colocaram metralhadoras nas mãos deles e furaram o bloqueio da polícia, porque a polícia não podia abrir fogo contra os índios, e foram buscar a madeira.

Só a título de curiosidade, houve uma fiscalização do IBAMA, junto com a Polícia Federal, no Município de Comodoro, na Madeireira do Brownsk, e foram encontradas um milhão e vinte mil toras de mogno e cerejeira! Não estou falando em cem mil, ou cinco mil, mais de um milhão. No registro tem o relatório e tudo mais, tudo tirado de terras indígenas.

Hoje, na terra dos Surui e Cinta Larga se vende madeira branca, não há mais mogno e cerejeira - isso no nosso Estado de Mato Grosso. Eu não sei o que será do futuro dos filhos e dos netos desses índios. Então, tem questões sérias em nosso Estado, tem alegria e tem dores também.

Eu vou terminar a minha fala, porque todos nós sabemos que a Campanha da Fraternidade, primeiro, tem que incentivar a fraternidade; segundo, quebrar os preconceitos que nós temos em relação ao índio; terceiro, temos todos nós que assumir um compromisso concreto em relação aos índios.

Eu gostaria de lembrar a todos que o Estatuto dos Povos Indígenas foi apresentado como proposta de lei em 1991 - em 1991! Nós estamos em 2002, e ainda não foi votado o Estatuto dos Povos Indígenas. Havia a proposta de que na comemoração dos quinhentos anos o nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso votaria o Estatuto dos Povos Indígenas. Passou a comemoração dos quinhentos anos, passaram-se os quinhentos e um anos, e apareceu uma outra proposta de Estatuto do Índio, feita na calada da noite, com algumas lideranças indígenas, contadas. Acontece que os índios souberam disso, fizeram uma assembleia e apresentaram uma proposta, que foi encaminhada para o Congresso Nacional. E hoje a CNBB assume o compromisso de mandar um abaixo-assinado para que seja votada esta proposta dos índios, não aquela de um Deputado - agora me foge o nome dele - do Paraná, se não me engano, Deputado Bizzato.

Nós gostaríamos que vocês, em suas famílias, em sua repartição pública, em seu trabalho, em sua escola, divulgassem esse abaixo-assinado. Eu tenho duzentas cópias. Assinem e enviem, tem endereço e tudo. Por favor, vamos respeitar os índios, vamos dar o maior apoio à proposta dos índios, do novo Estatuto, porque com esta não votação, empurrada com a barriga, esta proposta do novo Estatuto, madeireiras estão fazendo massacre em terras indígenas, especialmente dos Yanomâmis - é uma calamidade pública. E fazendeiro também está se aproveitando das terras indígenas. Não há uma lei complementar, que seria justamente esta aqui votada. O pessoal se aproveita do vazio legal para explorar a terra indígena. Todo mundo sabe que há um *lobby* tremendo em Brasília, encabeçado pelo Senador Romero Jucá - e tem mato-grossense no meio da história, o Sr. Carlos Bezerra e companhia

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

limitada -, para que não se vote o Estatuto do Índio. Nós pedimos, como compromisso concreto da Campanha da Fraternidade, pelo menos, que façamos isso.

E tenho outra proposta sobre a Universidade Indígena em Barra do Bugres. A palavra bugre sempre foi um termo depreciativo, de desprezo com o índio. Que bom seria se fosse a Barra do Umutina. Eles não se chamam “bugre umutina”. Umutina é o nome desse povo que os caçadores de índios, os fazendeiros, os invasores chamaram de “bugres”, para depreciar, desvalorizar o índio! Que bom seria se no lugar de se chamar Barra do Bugres, se chamasse Barra do Umutina. Seria muito mais bonito.

A última coisa que eu gostaria de lembrar a todos é que no Fórum Social, lá em Porto Alegre, os índios marcaram presença e pediram a votação do Estatuto do Índio, e também pediram que todos os governos ratifiquem a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho-OIT, que normaliza as relações dos Estados nacionais com os povos indígenas. O Brasil ainda não assinou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que pede que todos os Estados Nacionais normalizem suas relações com os povos indígenas. Eu acho que se fizéssemos uma coisinha, a Campanha da Fraternidade já teria alcançado o seu objetivo. Obrigado pela atenção. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Obrigado, Mestre Mário, que antes de ser do Patronato é do CIMI; antes de ser professor, é um missionário.

Passo a palavra agora ao Sr. Lúcio Flores, que é Terena, um povo indígena que tem uma trajetória histórica, que pode nos oferecer um contraponto de tudo isso de que nós estamos falando. Permitam-me complementar que o Sr. Lúcio Flores é coordenador do GTME.

O SR. LÚCIO FLORES – Depois dessas exposições tão profundas, nós ficamos um tanto envolvidos numa situação muito mais ampla do que costumeiramente vemos. Eu estou aqui até pensando um pouco em como começar a minha fala. Que tal se a gente começar pelo tema “terra sem males”?

Eu apresentei uma palestra, uma vez, dizendo que no Brasil nós temos oásis e miragens. Os povos indígenas têm essas duas realidades: os oásis são os lugares onde há água, há vegetação em pleno deserto - nós temos lugares assim no Brasil -, mas temos também as miragens, que são ilusões, não há água, não há terra, nós enxergamos, caminhamos e nunca encontramos.

A terra sem males me parece que é um pouco o misto de oásis e miragem. Eu fui algumas vezes até os índios que vivem no litoral do Paraná - moram nas ilhas -, e conversando com eles sobre toda essa história, por que eles estavam nas ilhas, eles mostraram que essa é uma busca pela terra sem males, porque esse povo se deslocou para várias direções desde que teve o contato com os europeus. Antes eles iam para a região dos Andes, porque as montanhas brancas de neve eram as consideradas ideais. Por isso nós encontramos os Guarani nesta região. Depois, eles entenderam que não estavam mais em território brasileiro a terra sem males, e começaram a ir para as ilhas.

Eu viajei muitas vezes nos barquinhos pequenos, muitos cheios, pela Baía de Paranaguá ou de Antonina de Guaraqueçaba, para ir para as aldeias. Para mim é um risco muito grande, mas eles estavam sonhando que talvez lá na ilha, ou adiante dessa ilha, havia a terra sem males.

Na prática, o nome que é dado pelos Guarani é “Tecorá”, que é um espaço triplo, é um lugar onde se constrói a casa, e um lugar um pouco maior, onde se tem a lavoura, se planta milho e algumas outras plantas da cultura tradicional, e o lugar maior onde existe a caça, que é onde o grupo perambula, por onde faz a suas caminhadas em busca da caça e da pesca.

E para os Guarani, o “Tecorá”, o lugar sagrado, está completo apenas quando tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

estes três espaços. E quando nós ouvimos aqui do Mestre Mário a respeito dos Caioá lá do Mato Grosso do Sul, que agora só têm, quase, um deserto, nós entendemos que “Tecorá” já foi terra sem males para eles, porque eles só têm o lugar da casa, ainda sem lugar para casa, sem lugar para planta, porque aquela terra foi devorada por aqueles que arrendaram-nas.

Então, essa terra que os Guarani buscavam, nos traz hoje, quem sabe, para este momento muito maior que estamos vivendo, que é a Campanha da Fraternidade.

Eu participei de uma série de encontros, logo após a comemoração dos 500 anos do Brasil, e ouvi uma frase bastante interessante, bastante dura, de um Pataxó, quando perguntaram a ele: “O que você achou da igreja brasileira ter pedido perdão aos índios pelos transtornos que naturalmente tenham cometido durante esse período de colonização”? Ele disse assim: “Quem perdoa é Deus. Da igreja, nós queremos ação”. Isso para mim ficou muito forte. Quem perdoa é Deus. Da Igreja nós queremos ação.

O próprio povo Pataxó tem sentido nos últimos anos, principalmente bem recentemente, a força das organizações religiosas, sobretudo da igreja, ao lado deles na reconquista de suas terras. Até recebemos uma mensagem do CIMI, dizendo que há uma proposta de se rever esse território. Quer dizer, as autoridades já estão preocupadas se, de fato, eles merecem o território que estão reconquistando, mas eu penso que nas palavras desse Pataxó havia também essa proposta de que se faça uma alavanca, em nível nacional, e penso que agora nós estamos chegando nela, porque esse é um trabalho que vai muito além das fronteiras da igreja, ele supera os limites da Igreja Católica, da Igreja Protestante ou de qualquer outra igreja, e mesmo da sociedade.

Eu penso que, neste momento, a igreja foi muito feliz na escolha desse tema, sobretudo, porque nós estamos acompanhando muitas evoluções nos dois sentidos que os povos indígenas estão vivendo, como nós ouvimos a questão da saúde que é um tanto drástica ainda. E nós temos a questão que o Talkane levanta, dos povos ainda isolados, que é uma preocupação constante. Nós corremos o risco de não sabermos quem são esses povos. Nós podemos ouvir deles, quando virmos seus cadáveres na mata. Então, nós temos que atentar para isso. É necessário que a gente levante a voz e que faça alguma coisa neste momento, para que a realidade desses povos seja diferente daqueles que já tiveram o contato anteriormente.

E eu penso que também a igreja está atenta a toda evolução que está acontecendo no meio dos povos indígenas. E aqui chamamos, de novo, atenção para a solução específica de Mato Grosso, com a Federação, com alguns avanços, e eu penso que a Universidade Indígena, e alguns outros alunos estão fazendo cursos em diversas instituições, vai trazer uma nova realidade para o Estado de Mato Grosso. Dentro de três ou quatro anos, nós vamos ter mais de duzentos indígenas formados em cursos diversos, todos com curso superior - é uma coisa inédita no Brasil.

Essa realidade, naturalmente, vai trazer transformações profundas. Há uma mudança significativa na postura dos povos indígenas, há uma mudança significativa na consciência com relação à vida nacional, porque os índios estão lá na aldeia e não estão isolados do mundo. Lá, eles têm a sua antena parabólica, estão assistindo a tudo que está acontecendo pelo Brasil todo, estão atentos a esses fatos e, hoje, estão vindo, estão questionando, estão levantando a voz para dizer: “Queremos isso, não queremos aquilo. Gostamos disso, não gostamos daquilo!”. E eu penso que essa realidade nova vem ao encontro dessa campanha, porque a campanha chama o Brasil para esse fato novo que nós estamos presenciando junto aos povos indígenas.

A minha preocupação em relação a isso é que nós tenhamos, dentro de algum tempo,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

algumas organizações indígenas muito mais fortes, que deverão, obrigatoriamente, contar com o apoio, que tem contado até aqui, das instituições, que são igrejas, são universidades, são ONGs, que têm lutado ao lado dos povos indígenas nesses últimos anos e têm levado as lideranças indígenas a uma consciência mais ampla do que tem sido a sociedade brasileira.

Tudo isso vai nos permitir, dentro de algum tempo, que nós próprios tenhamos alguns avanços, como povos indígenas, e os parceiros, naturalmente, vão se adequando, vão se adaptando às novas necessidades que vão surgindo. A nossa preocupação é que os parceiros não se afastem, que a igreja não se afaste, que as ONGs não se afastem, mas que vão se adaptando, conforme as necessidades, porque os povos alcançam mais um degrau. Então, nesse degrau não precisa mais do apoio, mas há um outro degrau a ser conquistado, e nesse novo degrau há necessidade de, novamente, buscarmos apoio e parceria com tantas organizações que estão nos apoiando.

Cito, aqui, um fato que para mim foi bastante lamentável. Eu estava visitando a região dos Incas, e eu soube que eles não participam de nada que se adquire com lucro de todas as ruínas que eles próprios fizeram. Inclusive, quem administra Macho Picchu é uma empresa chilena, nem é peruana. E sabe onde é que está índio nessa história? Nas escadarias pedindo para tirar uma foto com os turistas e com isso ganhar alguns centavos - uma moedinha é suficiente. Nós não queremos chegar a isso.

Chamo atenção para o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães, que é um santuário legítimo do povo Bororo, e há pouco tempo um grupo de Bororos foi tentar ir para lá e teve que pagar para entrar no seu templo, na sua casa. Isso nós não queremos ter. De repente, para onde é que estão indo os recursos levantados pelo patrimônio indígena? E agora, quem sabe, nós estamos diante de uma nova situação, que é o ICMS ecológico, que tem sido debatido nesta Casa, tem sido uma bandeira do Deputado Gilney Viana e de outros, mas nós temos que ficar atentos para a forma como esses recursos serão revertidos, enfim, para a população indígena, porque nós corremos o risco, de novo, de ter as grandes áreas indígenas do lado de cidades até pequenas, com recursos pequenos, reduzidos, e ter um grande volume de recursos devido ao ICMS ecológico, e esse recurso ser desviado de novo. Nós precisamos fiscalizar isso, porque é um recurso que está acontecendo para este ano, e é necessário saber de que forma o índio, pelo menos, está sabendo como ele está sendo aplicado, se de alguma forma vem algum benefício para ele através do ICMS ecológico.

E quero apenas concluir, ainda lembrando as palavras do coordenador, quando disse que os índios não estão tão preocupados com as coisas que virão, porque para eles, tendo como viver hoje, é suficiente. Isso também é bíblico, Jesus também disse isso, que a gente deve evitar pensar em acumular riquezas, e até a um camarada que acumulou riquezas, Jesus disse a ele: “Louco, hoje pedirão a tua alma”.

Eu estava, neste final de semana numa comunidade indígena, porque eu gosto muito de estar com eles, e eu saí para pescar com um grupo. Nós andamos muito a pé, mas muito mesmo, porque próximo da aldeia já não tem mais peixe. Então, nessa grande caminhada, nós levamos farinha, porque imaginávamos que lá teria algum peixe, e passamos o dia nessa empreitada. Chegamos lá, pescamos, tinha alguns peixes, nós assamos, comemos com farinha. E o retorno, na verdade, era uma festa, porque passamos o dia juntos, comemos peixe, farinha, tudo. Uma outra leitura disto é que quando nós voltamos, nós não trouxemos nada, porque o peixe não foi suficiente para trazer, nem a farinha. O pouco de farinha que nós tínhamos, comemos durante a caminhada de volta, chegando à aldeia sem farinha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Esta leitura mostra o seguinte: ainda há muitos povos que tradicionalmente são coletores, caçadores, e que não têm mais esses recursos naturais; povos que ainda continuam indo para as caçadas ou para as pescarias, e quando voltam com seu estômago alimentado, porque tiveram algum peixe naquele dia, voltam muito felizes, porque comeram peixe. No dia seguinte, seguramente a mãe natureza e o pai dono da natureza vão dar, de novo, alimento, mas o daquele dia foi suficiente para viver.

Vivi isso recentemente. Para mim, foi muito grande a experiência com eles, porque eles estavam muito felizes. Mas eu fazia esta leitura de que amanhã tem de haver uma nova caça, uma nova pescaria para que este povo se alimente de novo. Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Obrigado, Sr. Lúcio Flores.

Antes de passar a palavra à Deputada Serys Slhessarenko, eu quero ler que nós temos inscritos e inscritas o Sr. Teobaldo Witter, a Sr^a Francisca, que é Pareci, e o Sr. Vítor Peruare, que é Bakairi. Finalmente, eu próprio, que farei uma pequena fala.

Deputada Serys Slhessarenko, antes de Vossa Excelência fazer uso da palavra, quero comunicar que o Deputado Riva pede desculpas por não estar presente, porque está numa reunião da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, que analisa prioritariamente os Projetos de Lei em tramitação. Muito Obrigado pela satisfação, Deputado Riva.

Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a. SERYS SLHESSARENKO – Sr. Deputado Gilney Viana, que preside esta Audiência Pública, gostaria de saudar a nação indígena na pessoa dos - permitam-me chamá-los assim -, companheiros Talkane Estevão Carlos e Lúcio Flores.

Eu gostaria de saudar todos da Mesa, enfim, na pessoa de Dom Bonifácio Piccinini, que muito nos honra com sua presença nesta Casa. Quero saudar a todos e a todas aqui presentes.

Eu brinquei com o Deputado Gilney Viana, prometi que vou falar bem pouquinho, porque a minha fama não é das melhores com relação a falar. A turma acha que eu falo demais, mas isso não é verdade também.

Com relação a esta Audiência Pública, eu diria que ela já foi colocada como fruto e produto da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa. Eu sou Deputada há três mandatos. No primeiro mandato, eu tive algumas lutas, alguns enfrentamentos, tentativas ferozes até de constituir a Comissão de Direitos Humanos, mas elas foram praticamente infrutíferas, mas surtiram alguns efeitos, porque depois as pessoas foram até se sensibilizando, e acabou um dia se criando essa Comissão.

E queria dizer que com a chegada do Deputado Gilney Viana - ele é meu Líder, eu tenho que fazer minha média, neste mandato na Assembléia Legislativa -, realmente, até pelo espaço de trabalho mais ou menos dividido, e ele assumiu muitas questões de extrema relevância, e se ateuve mais a elas. Às vezes, ele me liga e fala: “Você, extintor de incêndio, cuida de tudo, briga por tudo, não sei o quê...” Ele tem o campo, mais ou menos, delimitado, e eu já sou meio esparramada, como diz o outro.

Eu estou dizendo tudo isso, porque eu acredito que a presença do Deputado Gilney Viana nessa luta, na luta da questão do meio ambiente - e são lutas muitos próximas, muito juntas, muito articuladas... Você ter a luta do meio ambiente, claro, o meio ambiente é tudo! E dentro da questão do meio ambiente tem a questão dos direitos humanos, e dentro da questão dos direitos humanos nós estamos hoje aqui tratando da Campanha da Fraternidade, que cuida da questão indígena neste ano, que trata da questão indígena este ano. Realmente, é algo que está extremamente entrelaçado,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

que eu diria que está tendo avanços concretos em Mato Grosso, em especial pela luta acirrada e determinada nessa linha do nosso Deputado.

Eu digo isso porque as brigas aqui dentro não são pequenas. Quando ouvi a fala do Pepeu – eu o chamo de Pepeu, apesar de ele ser Secretário, mas eu o trato assim por gostar muito da pessoa dele, politicamente nós temos divergências, mas as deixamos de lado -, fiquei pensando que realmente ele falou verdades, falou sobre a questão da terra com muita ênfase. Nós sentíamos que ele acredita naquilo que está dizendo, que a terra para o índio é vida - ele disse isso com muita convicção.

Agora, assusta-me muito ver os Deputados da Bancada Governista, na sua grande maioria, quando sai uma discussão aqui sobre a questão indígena, valha-nos Deus - dou graças a Deus quando o Deputado Gilney Viana está aqui. Teve um dia que empolgou essa discussão aqui, e ele não estava, fiquei desesperada, porque estava sozinha e não tinha como contribuir de forma determinante para a discussão, porque eram tantos contra, e com tanta violência em determinados momentos, que eu fiquei no telefone: Deputado Gilney, socorro! Pelo amor de Deus, vem para cá correndo, ajude aqui, porque eu sozinha não vou dar conta desse enfrentamento. Quer dizer, é terrível essa questão.

Quando se trata de terra indígena, aqui dentro, o Deputado Gilney Viana sabe, arrepia! A turma acha que o índio tem terra demais, e eu não vou entrar no detalhe da discussão, porque nós iríamos, aqui, todo mundo sabe, como a turma aí, principalmente os defensores do latifúndio, e o que é pior, alguns nem latifúndio têm, mas vieram para cá contra-atacar os indígenas.

Então, são questões que, eu diria, extremamente conflitantes e dramáticas, porque isso aqui é um Poder. Não adianta dizermos que esse não é o momento de falar em política. Claro que é! Essa Casa não tem jeito! Não tem jeito! Ela é só política! Ela é eminentemente política! Não tem como deixar de discutir política aqui, em algum momento. Agora, não é momento de falar de política... Aqui, só dá para falar de política, porque o ar é só política. E as forças deste Estado, politicamente representadas, estão aqui dentro! Aqueles partidos - por conseguinte, forças que têm convicções, determinadas linhas, são mais para cá ou mais para lá - estão aqui representados.

Então, eu acho que é o momento, sim, de pararmos e pensarmos, de mobilizarmos, de nos sensibilizarmos e de sensibilizarmos as Bancadas aqui existentes. Infelizmente, nós temos aqui dois Deputados, hoje, dentre os 24 Deputados, mas tudo isso fica gravado. Eu creio, é possível, pois costumeiramente nós fazemos isto, pedimos ao Deputado que está presidindo, que é autor da Audiência Pública, e com certeza ele pedirá - isso está taquigrafado e gravado - que seja repassado em termos de documento para todos os Srs. Deputados. E seria muito mais importante que todos estivessem aqui para ouvir as falas, a realidade colocada aqui pelos companheiros - que visão, que conhecimento, que profundidade em suas falas! Os companheiros indígenas, todos!... E a fala do Pepeu Garcia foi extremamente política e importante. A fala do nosso Bispo - e eu diria que é a benção maior, claro, há lógica, até pelo seu patamar. Desculpe-me a brincadeira, Dom Piccinini, mas não é brincadeira, é verdade.

Realmente, eu acho que no momento em que a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil promove uma Campanha da Fraternidade com essa temática, nós outros temos que atentar para isso. Temos que prestar atenção, temos que estar juntos, temos que contribuir e temos que participar. E para os Deputados participarem, deveriam estar aqui. Dizem que eu falo demais, mas o que eu posso fazer.

Uma questão, além dessa de que terra é vida para o indígena, tem que ser mudada essa mentalidade. Tem que ser mudada! A população tem que entender isso, porque a população vê...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Hoje, muitas vezes, as pessoas dizem: “Se você for fazer uma consulta junto à população, verá que a maioria está contra essa questão de terra para indígena”. Tem isso aqui demais. O Deputado Gilney Viana sabe disso. Nós ouvimos isso todos os dias aqui, mas até pode ser verdade, porque toda campanha, através da mídia, disto, daquilo e daquele outro, é feita contra. É óbvio, de repente, você fica com uma visão enviesada, equivocada da coisa. Por que não brincamos de fazer o contrário? Vamos fazer o contrário!

E aqui eu faço um apelo ao Secretário, já entabulando o papo, a conversa, com o Secretário: tantas campanhas são feitas pelo Governo, pelo Executivo deste Estado, então, que se promova, que se contribua, também neste ano da Campanha da Fraternidade, com relação à questão indígena, que o Governo do Estado também faça campanha nesse sentido, para que as autoridades, para que a sociedade de um modo em geral se sensibilize.

Eu acho que basta contar a verdade, colocar a realidade, que a população estará se convertendo, estará vendo de forma diferenciada esta questão. Eu deixaria esta solicitação. Foi falado aqui - eu já estou terminando, Deputado Gilney Viana - quantos morreram, outros perderam a vida neste país, neste Estado, pela luta e pela causa indígena, e a gente sabe de quantos lutadores, não vamos enumerar, até por conta do tempo, não vamos nos ater a enumerar, a citar, mas eu perguntaria: quem mais morreu? Quem mais morreu em tudo isso foi realmente o índio. O índio foi quem mais morreu e que está sendo praticamente dizimado, exterminado.

Eu acho, então, que esta causa traz todas essas pessoas de bem, realmente de bem - está na moda realmente “do bem” ou “do mal”. Então, é de bem. Pelo fato de elas estarem aqui neste momento, com certeza, são pessoas que têm sensibilidade para esta questão e que estarão nesta luta agora, por ocasião da Campanha da Fraternidade, mas também em todos os momentos posteriores, porque nós precisamos mesmo é de mudança de mentalidade. Esta é uma Campanha, com certeza, pela vida, e este é um Poder, como eu já disse, onde as forças deste Estado estão representadas, e como um Poder tem o dever de se posicionar com relação a todas as questões, e nesse momento, com relação à questão indígena.

Este Poder tem que, neste momento, se posicionar a este respeito também, tem que fazer discussões, mesmo que sejam embates difíceis, muitas vezes, mas eles têm que vir à tona. E também, apesar de essa discussão ter que acontecer em Plenário, é óbvio que aqui é o lugar dos debates, por isso é o parlamento, por isso tem o nome de parlamento.

Essas discussões têm que ser levadas para a sociedade, por este Poder também. Eu pedi ao Executivo, mas neste Poder existe também a possibilidade de levar esta discussão para fora, para a sociedade como um todo.

Encerando, eu gostaria de convidar a todos para participarem de uma Audiência Pública, quinta-feira, dia 07, às 14:00 horas, onde nós trataremos de uma questão também muito importante, que é o desmonte da CLT - ela já está este desmonte, como eu estou chamando, para sintetizar -, que já está aprovado na Câmara Federal, mas ainda tem que passar pelo Senado.

Então, ainda está em tempo, se nós quisermos salvar direitos - hoje não se busca conquistar direitos, se tenta salvar direitos -, que estejamos presentes nessa Audiência Pública. E no dia 08, a partir das 08:00 horas, nós teremos uma grande mobilização neste Parlamento, porque, meus senhores e, em especial, minhas senhoras, é o Dia Internacional da Mulher. Nós esperamos contar com muita gente aqui, porque também é uma luta grande essa questão contra a discriminação da mulher, ninguém tem dúvida disso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Quer dizer, há discriminação de todo lado, contra o índio, contra os trabalhadores - e estaremos discutindo a CLT -, contra a mulher, e a cada quinze segundos, eu estou estarecida com esse dado, neste país, uma mulher sofre um processo de violência. Isso é muito grave. Não estamos mais em tempo, aliás, nunca deveríamos ter estado, principalmente agora, de sofrermos esse tipo de procedimento. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Muito obrigado, Deputada Serys Slhessarenko.

Eu estou agradecido pelos elogios, mas eu costumo brincar, dizendo que agora essa Bancada tem Líder, porque a outra é a Líder, é uma questão de gênero.

Antes, eu vou até combinar com a Deputada Serys Slhessarenko que ela assuma a direção dos trabalhos, enquanto eu falo na tribuna e dou uma entrevista.

Antes, eu queria registrar a presença de representantes da Escola Municipal Cel. Ataíde Jorge da Silva e da Escola Municipal José Torquato, e também comunicar a todos - os senhores estão vendo que esses monitores estão ligados - que a TV Assembléia está transmitindo ao vivo, pelo Canal 36, canal a cabo. Os senhores sabem que a TV Assembléia, da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, está ativa, e aqueles que têm acesso às tevês a cabo podem ligar no Canal 36 que poderão assistir às atividades, particularmente às do plenário da Assembléia Legislativa.

Um dos motivos de nós termos transferido a Audiência Pública do Auditório Milton Figueiredo para o Plenário Milton Figueiredo foi justamente porque a TV Assembléia nos pediu, e nós aquiescemos de bom gosto, porque nos interessa que o cidadão, a cidadã que está em sua casa, possa nos ouvir aqui em nossa diversidade de opinião, em nossas diferenciações ideológicas, políticas, partidárias, sobre este e sobre outro tema.

Então, eu vou fazer uso da palavra e passo a direção dos trabalhos à Deputada Serys Slhessarenko, avisando que tem uma lista de inscrição, que começa com o Pastor Teobaldo Witter. (A SRª DEPUTADA SERYS SLHESSARENKO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:24 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (SERYS SLHESSARENKO) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Srª Presidente, senhores e senhoras, companheiros do CIMI, companheiros do GTME, do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade, do Centro de Direitos Humanos de Várzea Grande, de outras entidades ambientalistas e indigenistas, estudantes, professores, lideranças populares, convidados da Mesa, que me permitam saudá-los na pessoa de Dom Bonifácio Piccinini, especialmente porque nós estamos abordando nesta Audiência Pública a Campanha da Fraternidade, promovida pela CNBB, da qual Dom Bonifácio Piccinini é parte ativa, integrante e militante.

Permita-me falar aqui com o coração e com a paixão, não vou ter racionalidade, porque esse tema é daqueles com os quais não podemos vacilar. Nós somos responsáveis por um verdadeiro etnocídio, por uma mortandade secular e sem tempo, e que ainda não parou. Aqueles que ainda não leram, que leiam os relatos, mesmo do livro, do texto básico que tem alguns ou, quem sabe, do Delascasas, para mostrar como os colonizadores tripudiaram, assassinaram friamente os povos indígenas ameríndios, e o fizeram de uma forma determinada, não o fizeram porque o conflito estava armado. A maioria dos relatos é de traição, de aproveitamento da boa-fé dos povos indígenas, de artimanhas e artifícios, inclusive usando da religião cristã como um instrumento não só para domesticá-

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

los, porque isso já seria negativo, não só para catequizá-los, o que já seria questionável, mas principalmente como artifício para combatê-los, trucidá-los e aniquilá-los.

Então, nós que somos formados nessa cultura cristã ocidental, nós não podemos ser condescendentes conosco mesmos, não podemos. E a minha culpa tem que ser forte, firme e conseqüente. E se nós falamos para os descendente de europeus que aqui estão, nós falamos especialmente para os companheiros e companheiras indígenas que aqui estão. São poucos, mas são representativos.

Nosso pensamento, ao promover esta Audiência Pública, não é que ela fosse massiva, mas que ela trouxesse a temática para dentro da Assembléia Legislativa, porque aqui nós travamos uma batalha, Dom Bonifácio Piccinini, Mário, Pepeu, Flores e Talkane, nós travamos uma batalha aqui. É incrível que em pleno século XXI nós tenhamos representantes dos Corteses, dos Pizarros, dos paulistas que apearam, que trucidaram os índios aqui do planalto, dos Domingos Jorge Velho, e o fizeram de uma forma propositada - é incrível que séculos depois alguns ainda raciocinem, de certa forma, parecido com os conquistadores e com os bandeirantes.

Eu fico traumatizado com tudo isso. E aqui em Mato Grosso, e também nesta Assembléia Legislativa e no Brasil, se desencadeou uma campanha contrária à demarcação de áreas indígenas, sob o pretexto de que há muitas áreas, muitas terras para os povos indígenas, que são tão poucos numericamente. Esta campanha é orquestrada nacionalmente pela Confederação Nacional da Agricultura e, aqui em Mato Grosso, pela Federação dos Agricultores, a FAMATO, com o apoio de lideranças políticas, inclusive dos três Senadores de Mato Grosso, de vários Deputados Federais e também de vários Deputados Estaduais.

O mote desta campanha é que os índios estão querendo “tomar as terras dos brancos”. É aquela história da fábula de Esopo, de que você turva a água mesmo bebendo rio acima, o que não bate com a lei da natureza... Você pode turvar rio abaixo, mas se você está rio abaixo, quem turva é quem está rio acima. Nós não podemos dar a desculpa...

Eles podem dizer que não foram eles que turvaram, foram outros, mas, na verdade, isso é desculpa. Na verdade, são eles que estão turvando a água que o índio deve beber. É uma paródia. Então, há um conflito instalado, sim. O Mário Bondignon falou perfeitamente, e o Pepeu Garcia também.

Há conflitos em todas aquelas áreas indígenas que o Talkane Estevão Carlos sinalizou. São doze. Algumas estão em novas demarcações e há outras demarcações de novas áreas de povos recontactados, recém-contactados ou, ainda, por contactar. Tudo isso gerou uma Emenda Constitucional de iniciativa do Senador Antero Paes de Barros, tentando barrar essas novas demarcações e impondo que qualquer nova terra a ser demarcada seja objeto de avaliação prévia e de decisão do Congresso Nacional. Ora, companheiros e companheiras, eu fui Deputado Federal, e ainda que não tivesse sido, nós todos conhecemos.

Na verdade, é um sofisma querer que esta maioria, tal como ela está sendo representada no Congresso Nacional, faça uma “concessão” de demarcar uma outra área indígena, particularmente na proximidade da fronteira agrícola aqui de Mato Grosso. É literalmente liquidar as possibilidades de novas terras indígenas identificadas, demarcadas, homologadas e registradas, tal como manda a Constituição da República e a Lei.

Mas eu gostaria de dizer que não quero simplificar essa questão, e queria fazer um recado de dor que eu senti, e estou sentindo. Eu fui a Campinápolis, onde tem terras Xavante, onde tem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

pretensão de Xavante ter novas terras, e onde tem os colonizadores, os filhos, os netos, bisnetos e tataranetos dos colonizadores.

Não queremos aqui fazer uma volta da história e negar toda construção da identidade nacional, da sociedade nacional, de nós brasileiros enquanto Nação, não tem cabimento isso, nem propugno isso, mas ali está estabelecido um conflito que eu chorei! Chorei mesmo! Nós fizemos um debate sobre ICMS Ecológico lá na Câmara Municipal, e a Câmara estava cheia, inclusive muitos populares na rua, e tinha, como tem aqui, um tanto de crianças e adolescentes.

Percebi, por parte das lideranças políticas e de muitas pessoas adultas lá, que existiam preconceitos, uma agressividade contra os Xavante, de uma enormidade que eu ainda não tinha visto na minha vida! Eu já vi conflito, inclusive já andei um pouco nas terras indígenas deste Brasil. Já vi conflito até armado, mas ódio eu não tinha visto! Ódio eu não tinha visto! Ódio popular, não era um grupinho incentivando os outros. Eu percebi isso, porque vi uma criança de nove anos expressando a sua raiva, o seu medo contra os Xavante. Aí, eu falei assim: Puxa, tem algo errado. Ou eu estou errado, ou eles estão errados.

E procurei entender, Dom Bonifácio Piccinini... A verdade é que tem um conflito ali. Tinha um conflito, e nós não podemos obscurecer isso. Como tem alguns conflitos em algumas áreas onde a sociedade indígena, por força de um descaso, de uma irresponsabilidade do Governo Federal, não só na demarcação, mas especialmente na garantia de seus direitos, principalmente de proteção a suas terras para que elas não sejam entruzadas, para que não seja dilapidado o seu patrimônio natural e, principalmente, não seja destruída a base de sustentação econômica da sociedade indígena.

E o que aconteceu, Talkane? Destruíram!... Eu fui lá nos Guaranis, nos Caiuá, tive a honra... No meu mandato de Deputado Federal, eu acho que fiz algumas coisas boas, poucas, como aqui eu vou fazer poucas dessas, mas eu e o Deputado Mário Miranda, particularmente eu, fizemos uma comissão para analisar o caso dos Guaranis Caiuá, que estavam se suicidando, e alguns “sendo suicidados”. Nós fizemos uma denúncia, e levamos até a ONU... Nós fizemos uma campanha, e a FUNAI foi obrigada, obviamente, não só pela nossa iniciativa - e gostaria de registrar a atuação fundamental do CIMI naquele episódio, aliás, eu estou falando como episódio, porque eu entrei como episódio, mas lá era uma vivência de muitos anos.

Então, eu já vi conflitos, sim, mas aqui nós estamos, em alguns lugares, semeando ódio e politizando uma contradição que é real. Nós que somos favoráveis à causa indígena, não podemos ser hipócritas também. Existe uma dificuldade. Talvez a causa, e eu acredito nisso, esteja na irresponsabilidade do Governo, particularmente do Governo Federal, mas, ali, a comunidade que está na margem, que está no limiar do conflito, está querendo resolver o problema, e aí precisamos de uma intervenção. Nós propusemos e foi constituída uma comissão de Deputados para examinar essa questão aqui. Infelizmente, a comissão não prosperou, porque é difícil, é difícil enfrentar aquele que vota na gente, e é o branco, e ter que contrariar os seus interesses, porque é seu dever de consciência.

E eu vou dar um outro depoimento, esse mais triste ainda, particularmente para mim, não tanto para os índios. Eu me reuni um dia desses com uns amigos e companheiros de outros municípios - não vou nominá-los, porque é muito doloroso - e, literalmente, eles falaram assim: “Não, Gilney, aqui você não vai ter nenhum voto, porque você defende a causa indígena”. E vou dizer uma coisa: eu fiquei tão triste, não por não ter voto, mas pelo conceito, pelo comportamento, pelo entendimento daqueles que eu considero companheiros.

E falei: Voto do jeito que vocês estão querendo, eu dispenso. Eu não quero ganhar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Prefiro não ter mandato. Agora, trair uma convicção?! Eu fui interrogado: “Desde quando você defende índios?” Eu falei: Olha, realmente, talvez eu não tenha tanto tempo quanto você pensa, mas não é tão pouco quanto você gostaria que fosse. Eu já tenho sensibilidade há muitos anos em relação a isto. E partilho isso com companheiros da OPAN, do CIMI e do GTME - há muitos anos que partilhamos isso. Não é, Deputada Serys Slhessarenko? A Deputada Serys Slhessarenko e eu partilhamos essa luta e fomos aprendendo, partilhando com lideranças indígenas, como o Lúcio Flores e o Talkane, assim como com outros, com os quais tivemos a oportunidade, como o Suiá, mesmo outros que aqui eu não me lembro de nominar, mas também quando eu fui presidente da Comissão de Meio Ambiente e Minorias, do Congresso Nacional, e ali eu pude entender, com os antropólogos que vivem a causa indígena, não é nem um entendimento, isso é um “assumimento” do outro lado, mas eu tive a capacidade de ter alteridade, de falar assim: eu sou branco, mas eu tenho que entender que há uma diferença e para eu entender essa diferença profundamente eu tenho que negar que eu seja branco para que eu possa entender, negar, pelo menos conceitualmente. Então, é por isso que essa batalha tem que ser dura aqui, tem que ser conceitual, tem que ser programática, não pode ter vacilação. E eu não terei! Não terei e não tenho.

É verdade que, em função desse debate, mandaram uns recadinhos ameaçando-me de morte. Eu não vou dizer que eu não tenho medo, porque eu tenho medo, mas não tenho pânico. Eu tenho medo para me precaver, para enfrentar e continuar na luta. E acho que há algumas coisas que nós estamos tentando aqui. Primeiro, esse enfrentamento, que a Deputada Serys Slhessarenko falou, do qual ela é parte também, eu gostaria de deixar bem claro. E isso é parte de uma coisa maior, que são os direitos humanos. E isso, às vezes, se politiza, se partidariza, e isso é inevitável nesta Casa e na sociedade. Nós temos, às vezes, arrancado - é bom que se diga -, com assentimento e a partilha de outros Deputados, algumas outras iniciativas que são importantes, como é o caso do ICMS ecológico.

Nós demoramos um ano para fazer uma Emenda Constitucional, demoramos um ano para aprovar uma Lei Complementar e passamos um ano cobrando do Executivo para regulamentá-la, e no quarto ano ela está dando os seus frutos.

Entretanto, nós precisamos saber como colhê-los, particularmente as comunidades indígenas, porque, pela primeira vez, nós fizemos um balanço das terras indígenas e das unidades de conservação, e as terras indígenas chegam a treze milhões de hectares em todas as suas modalidades - modalidade aqui é o status jurídico que elas têm.

Pois bem, 5% são destinados às terras indígenas e a unidades de conservação. Ou, mais corretamente, o município que cede território para unidades de conservação - parque, uma reserva ou terra indígena - é compensado com a transferência de recursos do ICMS a mais, é um *plus*. E isso, Dom Bonifácio Piccinini, corresponderá em 2002, este ano, a cerca de dezesseis milhões, que serão transferidos para cerca de 48 municípios - só aqueles que têm terras indígenas. Dezesseis milhões! E muitos prefeitos, perplexos, quando são pressionados pelos povos indígenas, pela comunidade, falam assim: “Ainda não recebemos o dinheiro”. Alguns falam de uma forma, desculpem-me a expressão, hipócrita: “Não, nós não temos direito”. Negando o que é real, para poder fugir da pressão dos povos indígenas. E outros falam que isso depende de regulamentação, começam esse tipo de coisa que é uma deslealdade muito grande com os cidadãos que os elegeram. Então, na verdade, toda quarta-feira isso está sendo depositado na conta desses 48 municípios, e eles estão recebendo porque lá tem uma terra indígena, porque lá tem um povo indígena.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

E eu pergunto quantos desses dezesseis milhões serão investidos nas terras indígenas? Quanto? Eu pergunto aos senhores e às senhoras? Eu não sei, mas tem uma coisa, Dom Bonifácio Piccinini, nós vamos fazer um seminário dia 26 - e aquele que estiver assistindo à TV Assembléia poderá escutá-lo, poderá ouvi-lo nessa oportunidade... Nós vamos perseverar para que, pelo menos, uma parte desses recursos que estão sendo transferidos para aqueles municípios sejam aplicados nas terras indígenas, na assistência aos povos indígenas, porque se isso não acontecer é uma contrafação. Aí, eu posso dizer: Aqueles que não me entenderam, me derrotaram; aqueles que não nos entenderam, nos derrotaram. Aqueles que não entenderam a importância histórica, a dívida cultural e épica que nós temos com os povos indígenas, que minimamente nós estamos pagando, esses nos derrotaram, mas não nos derrotaram. Essa é a minha expectativa.

E esta Audiência Pública tem uma marca de resistência. Tem resistência dos brancos, indo desde um Secretário de Governo, a um Arcebispo, ao dirigente de uma ONG, a um pastor da igreja de confissão Luterana do Brasil, a uma professora como a Lu, que no dia 12 trará um grupo de crianças Xavantes para conhecerem, mas eles voltarão, e também o depoimento das lideranças indígenas - alguns já falaram, como o Talkane e o Lúcio Flores, e outros e outras irão falar agora.

E nós vamos selar um pacto, uma aliança, de que aquilo que nós pudermos conseguir em benefício dos povos indígenas, mesmo que não seja tanto quanto nós gostaríamos que fosse, nós o faremos. Mas aquilo que ameaça a sobrevivência, a dignidade e os direitos dos povos indígenas, terá o combate firme e forte até a vitória. Muito Obrigado.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Passo a palavra, agora, ao Pastor Teobaldo Witter, do Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade.

O SR. TEOBALDO WITTER - Deputada Serys Slhessarenko, presidente da Mesa, eu a cumprimento especialmente nesta semana, que é a semana da mulher. Cumprimento também o Talkane Estevão Carlos, o Lúcio Flores, Pepeu Garcia, Dom Bonifácio Piccinini, Mestre Mário, e todos os presentes, colegas de ministério e também colegas de ONGS que lutam pela vida do povo.

Eu queria lembrar e trazer à discussão também esta questão da luta ecumênica, lembrando que no ano 2000 tivemos uma Campanha da Fraternidade Ecumênica, e nós andamos muito pelo Brasil, por Cuiabá e por Mato Grosso também, no sentido de discutir e traçar diretrizes com base no tema da dignidade humana e paz, por um novo milênio sem exclusão.

Creio que toda a questão indígena também é uma questão ecumênica, porque a questão das religiões indígenas está ali colocada. Conheço alguns mitos da criação dos povos indígenas, que estão muito próximos do mito que nós temos, como cristãos; histórias da criação, que também nos fascinam bastante, da ação de Deus, da divindade, no sentido de criar uma humanidade que tenha dignidade, que esteja integrada com a própria criação de Deus.

Por outro lado, eu cumprimento pela escolha do tema da Campanha da Fraternidade, que trata das questões indígenas. É uma campanha realmente da mais alta importância para a sociedade brasileira. Nós não podemos cair fora disso, é uma realidade nossa. É preciso perceber e entender neste vasto Brasil, nesta terra brasileira, a importância do povo indígena, que significa também compreender a importância de si mesmo, como povo. Nenhum povo pode ter dignidade neste país se não considerar, promover, defender também a vida dos povos indígenas.

Eu lembro uma frase de Dom Bonifácio Piccinini no dia do lançamento da Campanha da Fraternidade, dizendo que todos os povos que para cá vieram, cresceram e se multiplicaram, mas só os povos indígenas diminuíram. Alguma coisa está errada, está muito errada. Então, isso nos serve

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

também como alerta e, ao mesmo tempo, como uma reflexão muito precisa também, nesta época, neste novo milênio que nós queremos viver sem exclusão. Apesar de todas as exclusões, nós confessamos a esperança de que seja possível viver sem exclusão.

Também lembro da luta solidária... Muitas vezes nós fomos perguntados, como igreja: o que vocês querem junto ao povo indígena? E a nossa questão é viver a solidariedade. Lembro as instituições ligadas às igrejas, e não somente às igrejas aqui de Cuiabá, com quem nós temos trabalhado bastante em conjunto, que é o grupo de trabalho missionário evangélico, lá do GTME, a própria Federação dos Povos Indígenas, a OPAN, os trabalhos em conjunto com o COMIN, que é a instituição da minha igreja que trabalha a questão indígena, especialmente na área da formação, da saúde e da organização, e o CIMI. Nós temos uma paixão em conjunto - depois eu vou contar qual é a paixão que nós temos lá, em conjunto com muitos e com todos...

Sobre o CIMI, tem um caso que eu gostaria de mencionar depois. Andando pelo Brasil, nas estradas e no asfalto, em vários lugares, eu já vi as nossas instituições, tanto a COMIN como a própria GTME e o CIMI, colocadas naquelas placas, do lado esquerdo... Quando você vem de lá para cá, você vê escrito no verso: "GTME, go home!"... Estava escrito: "CIMI, go home!", "OPAN, go home!", "COMIN, go home!". Eu entendo o que quer dizer: vão para casa e deixem de nos incomodar, mas as notícias fortes que vieram nesse sentido foram na própria Campanha da Fraternidade do ano 2000. Naquele cartaz tinha fotografias de crianças, de pessoas idosas e tinha rostos indígenas, e em alguns lugares do Brasil, esses cartazes simplesmente foram arrancados, porque tinha rosto indígena.

Então, isso é para dizer que as coisas, Deputado Gilney Viana, não são simples, não são fáceis, mas não são fáceis porque ao mesmo tempo que tem gente que quer destruir, o povo indígena está destruindo a si mesmo. Nós não somos verdadeiramente dignos da nossa humanidade se nós não conseguirmos, não tivermos capacidade de nos integrar numa nação e viver com paz e justiça - o que Jesus também pede, está nessa parte.

E queria lembrar ainda o seguinte: eu moro no bairro Araés. O que é Araés? Um povo indígena. O nosso palácio lá, tão cobijado por muitos, foco de muitos debates - e os meios de comunicação agora só falam disso -, chama-se Paiaguás. O que é Paiaguás? Um povo indígena. Onde está o povo, onde está o povo? Quer dizer, o povo foi extinto. Então, aqui em Cuiabá temos nomes de bairros e até do palácio de Governo de povos que nós matamos. Eu acho que isso faz a gente chorar mesmo, Deputado Gilney Viana, isso faz a gente chorar... Onde estão esses povos?

Em relação a um fato que foi lembrado - e esse é bem o nosso caso -, do Irmão Canhas, um jesuíta que veio lá da Espanha. Eu o encontrei duas vezes num ônibus, eu estava saindo de Cuiabá, e ele ia mais adiante, ia até Tangará da Serra, porque estava morando por lá. Então, eu não o conhecia muito, mas por duas vezes nós viajamos juntos de ônibus. E quando ele foi encontrado morto lá na aldeia, a primeira suspeita foi que tinha sido um assassinato, e se tentou apagar a memória - todos sabem disso, não é nenhuma novidade -, dizendo que ele morreu de morte natural, e acabou por aí mesmo, para cá e para lá...

Tinha um delegado do IML aqui de Cuiabá, que disse para um padre lá em Rosário Oeste que ele não morreu de morte natural, ele foi assassinado, e nós vamos provar isso, custou a cabeça do presidente do IML, pelo Dr. Travassos. Então, tentaram apagar as provas e elas não foram aceitas. O CIMI teve uma ação muito ativa no sentido de preservar as provas... A história do crânio que foi para Belo Horizonte, depois para São Paulo, voltou para Belo Horizonte, veio para Rosário Oeste e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

depois sumiu... Depois foi achado em Belo Horizonte e veio parar em Cuiabá. E as outras provas - a Justiça do Estado não deu a mínima para isso, mas se conseguiu preservar algumas provas...

Nós precisávamos achar um Tribunal que analisasse friamente e olhasse as provas. Então, a Procuradoria da República conseguiu fazer com que o caso fosse para a Justiça Federal. E somente no ano passado a Justiça Federal deu uma posição sobre isso. Então, foram recolhidas as provas e nossa estratégia, há oito anos, foi a seguinte: em Rosário Oeste, onde o crânio e outros elementos da prova estavam, haviam ocorrido assaltos três vezes, num curto período, e a estratégia do Centro de Direitos Humanos - eu nem falo muito disso... Nós dissemos: o que nós vamos fazer com essas provas? Vamos fazer com que essas provas circulem na casa dos luteranos, porque os bandidos acham que nós somos inimigos, então, eles nunca vão imaginar que as provas estão circulando nas casas dos luteranos, e vão deixar em paz.

Então, este é o nosso caso de amor. Foram preservadas as provas, e no ano passado a Justiça Federal recolheu... Portanto, os bandidos podem ficar tranquilos que as provas estão todas nas mãos da Justiça Federal, todas elas.

Dom Bonifácio Piccinini, foi Deus quem nos deu esta idéia. Santo Inácio no céu e São Lutero, acho que eles se encontraram para festejar. Com toda certeza se encontraram lá para festejar... (PALMAS) Certamente junto com os povos indígenas e as suas lideranças que estão lá na grande mesa do Senhor. Um dia nós vamos ser chamados, todos, à presença desse Senhor. Essa mesa agora é minha, como Deus diz: a terra é minha – o que significa que a terra é dos irmãos e irmãs. Isso foi tema, uma vez, da Campanha da Fraternidade também: Terra de Deus, terra dos irmãos e das irmãs.

Nós vamos construir uma terra dos irmãos e das irmãs, e que também tenhamos estratégias criativas, inspiradas por Deus e pela criatividade humana, para que tenhamos paz e justiça em nossas relações. Obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (SERYS SLHESSARENKO) – Obrigada, Pastor Teobaldo Witter.

Passo a direção dos trabalhos o Deputado Gilney Viana.
(O SR. DEPUTADO GILNEY VIANA REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:59 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Chamo à tribuna a Sr^a Francisca, companheira Pareci.

A SR^a FRANCISCA – Boa-tarde a todos. Para mim é uma imensa satisfação ter esta oportunidade de podermos nos manifestar, podermos expressar os nossos sentimentos de solidariedade, de fraternidade, de amizade, que nós sempre tivemos em nossas relações com a sociedade envolvente, em nossas relações com todos os nossos aliados, que sempre estiveram à frente do processo de conquista dos nossos direitos, de conquistas de várias áreas de atuação que nos são de benefício.

Quero agradecer por esta oportunidade e dizer que o meu campo de luta é no campo das políticas públicas, garantir o que está posto na Constituição da República, o que está posto como direito de educação escolar indígena, porque isso não foi só uma luta de um lado, mas foi luta de toda congregação da sociedade nacional, porque se não fosse isso nós jamais conseguiríamos, afinal, nós somos uma minoria. Disso nós temos consciência, e a gente só consegue avançar no campo dos direitos, no campo das conquistas, a partir do momento em que fazemos alianças concretas, alianças de amizade, alianças com pessoas comprometidas com a nossa causa. E isso é o maior valor que nós temos adquirido nesse convívio com a sociedade nacional, que dessa luta, que desses 500 anos de massacre, de desaparecimentos de muitos povos, de lideranças que estiveram à frente dessas conquistas também,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

a gente tira uma lição de vida muito importante. Como são importantes as alianças, como são importantes as parcerias que nos ajudam a crescer, a nos desenvolver, para que assumamos os nossos próprios destinos, assumamos as nossas responsabilidades de mostrarmos que nós somos um povo que tem capacidade, competência de gerenciar nosso próprio caminho.

Essa é a grande conquista que nós temos levado no campo da educação e em outras áreas do conhecimento. É em cima disso que nós temos ouvido as falas dos nossos caciques, dos nossos anciãos, dos nossos pajés, dos nossos xamãs, como eles falam com essa grandeza de sabedoria milenar. E isso tem dado uma força muito grande para nós que estamos aqui na sociedade, convivendo com outros povos, convivendo com outras pessoas, convivendo com as instituições religiosas, as instituições ecumênicas, que realmente contribuem com essa grandeza de nós podermos conquistar definitivamente os nossos direitos milenares.

Realmente, Deputado Gilney Viana, quando o senhor coloca que se sente, às vezes, preocupado ou, talvez, quando há esse embate entre o senhor e seus eleitores, eu gostaria de lembrar que os índios também votam. Nós votamos. Nós somos cidadãos, nós conseguimos isso - nós votamos também -, e estamos de olho nas discussões que nós temos tido com os nossos professores e com as lideranças.

Semana passada, eu estava em Manaus, num grande seminário com professores, com lideranças daquela região lá da Amazônia, juntamente com as organizações indígenas, e nós discutimos sobre essa questão das eleições, discutimos sobre a questão dos direitos que nós temos, e fizemos uma avaliação do que nós precisamos mais avançar. Avançamos na legislação, mas não avançamos ainda na operacionalização dessas práticas, de fato, para que possamos levar os benefícios diretamente às comunidades, lá na aldeia. Então, essa foi uma das grandes discussões que nós tivemos.

Eu gostaria de lembrar que nós estamos preocupados com as eleições, sim, queremos eleger os nossos representantes também, e isso foi tirado nessa reunião. E discuti que nós precisamos desses representantes, não só indígenas, mas parceiros também não indígenas, para que possamos, de fato, conseguir avançar nesse processo de operacionalização, fazer com que a sociedade compreenda esse nosso mundo, compreenda as nossas relações interculturais, porque isso para nós é muito importante - eu gostaria de louvar a iniciativa da igreja em lançar essa Campanha da Fraternidade -, e nós compactuamos, sim, com todos aqueles que nos reconhecem, nos valorizam e, principalmente, nos ajudam a reafirmar a nossa identidade como povo indígena. Muito obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (GILNEY VIANA) – Nós nos sentimos obrigados a agradecer a Sr^a Francisca.

Eu chamo também o Sr. Vitor Peruare, companheiro Bakairi, para falar não só sobre a Campanha da Fraternidade, mas sobre aquilo que é o seu sentimento, aquilo que o seu coração manda.

O SR. VITOR PERUARE – Gostaria de agradecer ao presidente, Deputado Gilney Viana, a Dom Bonifácio Piccinini, ao nosso companheiro Mário Bordignon, e aos companheiros Estevão Talkane e Lúcio Flores.

Eu tenho muita preocupação, hoje em dia, como estudante de Jornalismo, em relação a nossa evolução, a evolução indígena, que poderia ter acontecido há muito tempo. Nós sabemos que devemos agradecer àquelas pessoas que nos ajudaram, antes da nossa participação ativa, para que acontecesse, porque foi pequeno o que fizeram, mas que é muito para nós, como garantir a nossa terra, garantir a nossa sobrevivência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

Hoje, a nossa educação avançou, porque houve uma política séria, que foi ao encontro dos nossos desejos, como no caso da Universidade Indígena, que está aí e que nós indígenas vamos ajudar a crescer e a desenvolver a nossa ciência junto, em dupla... Isso, sim, vai ser um desenvolvimento pluriétnico nacional, porque só assim, estudando, tendo o título de jornalista, ou outro qualquer, só assim a sociedade vai me ver com outros olhos. Enquanto a gente não tiver um avanço reconhecido, nós sempre ficaremos à margem do reconhecimento...

O que me preocupa muito hoje em dia, com tantas leis que vão e vêm, é que a gente mesmo sendo dono da terra, nativo da terra, a gente está passando a ser invasor de terra dos fazendeiros. Eu acho que isso não pode acontecer, mas já está acontecendo isso, já que está sendo documentado isso aí.

Eu vejo com muita preocupação essa mudança de mentalidade nas campanhas contra demarcação de terras indígenas. Eu acho que nosso país é todo nosso, mas já que temos quinhentos anos convivendo juntos, por que não aprendemos ainda a conviver de uma maneira diferente de outros de outro país? Eu acho que o país é nosso, e precisamos aprender a usufruir melhor dele. Muito obrigado.

O SR. GILNEY VIANA – Muito obrigado, nós agradecemos ao Srs Vitor Peruare.

Nós estamos nos encaminhando para o final desta Audiência Pública e gostaríamos de fazer alguns registros. Primeiro, que esta Audiência Pública foi convocada e aprovada pelo Plenário da Assembléia Legislativa, a partir de uma propositura da Comissão de Direitos Humanos e Cidadania desta Casa, que ainda está sendo presidida por este Deputado. Nós estamos num período de mudanças de membros e dirigentes desta Comissão. Segundo, nós queríamos registrar o nosso agradecimento ao pessoal da TV Assembléia, transmitida no Canal 36, da tevê a cabo, porque nós achamos muito importante, é uma vitória para o Poder Legislativo. E gostaria de registrar também, porque é de justiça, que esta Mesa Diretora colocou no ar este canal, a cabo, que possibilita democratizar as discussões que ocorrem na Assembléia Legislativa. Os impactos desse processo de democratização ainda não foram totalmente sentidos, mas eles serão cumulativos. Certamente, a população vai perceber que ela pode fiscalizar, controlar o seu Deputado, através do vídeo, da TV Assembléia, e isso vai ser muito bom, apesar de ainda estar no começo. E nós queremos registrar, inclusive, na pessoa do Deputado Humberto Bosaipo, presidente desta Assembléia Legislativa, pelo modo democrático como ele tem sido conduzido a TV Assembléia, aliás, como deveria e deve ser.

Terceiro, nós gostaríamos de agradecer aos nossos convidados, a todos e todas que estão no plenário. Permitam-me citar aqueles que estão à mesa: Sr. Pepeu Garcia, nosso Coordenador Arquidiocesano da Campanha da Fraternidade; Dom Bonifácio Piccinini, Arcebispo Metropolitano; Sr. Talkane Estevão, Bakairi, presidente da Federação dos Povos Indígenas de Mato Grosso; Mestre Mário Bordignon, representante do CIMI, que recuperou toda uma história, aqui, para nós, e também do Patronato Santo Antônio; Sr. Lúcio Flores, coordenador do GTME e também combativa liderança indígena do povo Terena. Quero também agradecer à Deputada Serys Shhessarenko, que conosco compartilhou toda esta Audiência Pública.

Para terminar, gostaria de falar sobre duas questões, permitam-me, sem muito abusar da paciência dos senhores e das senhoras que estão aqui e das crianças também. O Sr. Pepeu Garcia, quando fez a sua fala, referiu-se a um cacique indígena norte-americano, o cacique Seattle, do povo “doaniche”, lá dos Estados Unidos, e eu vou terminar lendo um trecho de um texto do cacique Seattle, porque ele nos ensina e é de uma poesia, de uma densidade filosófica para nós que estamos nessa

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O TEMA DA CAMPANHA DA
FRATERNIDADE EM 2002 - A QUESTÃO INDÍGENA, REALIZADA NO DIA 05 DE MARÇO DE
2002, ÀS 14:00 HORAS.

caminhada em busca da terra sem males - eu acho que o cacique Seattle nos aponta o caminho.

Diz Seattle, o cacique indígena norte-americano, aos brancos que lhe propuseram a venda do seu território - ou a compra, queriam comprar-lhe as suas terras - ele respondeu assim: “Como se pode comprar o céu, o calor da terra? Tal idéia nos é estranha! Nós não somos donos da pureza do ar ou do resplendor da água. Como podem, então, comprá-los de nós? Toda essa terra é sagrada para o meu povo. Cada folha reluzente, todas as praias arenosas, cada véu de neblina nas florestas escuras, cada lareira, e todos os insetos a zumbir são sagrados nas tradições e na consciência do meu povo.

Sabemos que o homem branco não compreende o nosso modo de viver, para ele um torrão de terra é igual ao outro, porque ele é um estranho que vem da noite e rouba da terra tudo aquilo quanto necessita. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga. E depois de sugá-la, ele vai embora. Sua ganância empobrecerá a terra e vai deixar atrás de si os desertos. Uma coisa sabemos, que o homem branco, talvez, venha um dia a descobrir: o nosso Deus é o mesmo “Deus” do branco. Julga-se, talvez, que o podes possuir da mesma maneira como desejas possuir nossa terra? Mas não podes! Ele é Deus da humanidade inteira e quer bem igualmente ao índio, como ao branco. A terra é amada por ele. Causar dano à terra é demonstrar desprezo pelo seu criador. Nós amamos a terra como o recém-nascido ama o bater de coração de sua mãe. O nosso Deus é o mesmo Deus, e essa terra é querida por ele.

Cacique Seattle, em 1854, em resposta aos brancos que lhe queriam comprar sua terra, que não era dele”.

Eu termino dizendo que se o lema da Campanha da Fraternidade é nós reacendermos a utopia de uma terra sem males. Eu diria, fazendo uma homenagem àquele que foi na modernidade, na contemporaneidade, o maior líder indígena guarani, o Massau Tupambi, assassinado por aqueles que queriam não lhes comprar, mas tomar suas terras: um dia, nós nos encontraremos com Tupae na terra sem males.

Declaro encerrada esta Audiência Publica. Muito obrigado a todos. (PALMAS)

Revisada por Ana Lúcia Bigio.